



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

**AS AÇÕES AFIRMATIVAS DESTINADAS AOS ALUNOS COTISTAS
DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

Selma Ribeiro de Farias

Asunción, Paraguay

2022

Selma Ribeiro de Farias

**AS AÇÕES AFIRMATIVAS DESTINADAS AOS ALUNOS COTISTAS
DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências em Educação e de Comunicação da Universidade Autônoma de Assunção - Py, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Daniel González González

Asunción, Paraguay

2022

Farias, Selma Ribeiro de

AS AÇÕES AFIRMATIVAS DESTINADAS AOS ALUNOS COTISTAS DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Asunción (Paraguay)

Tutor: Prof. Dr. Daniel González González

Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. p. 100 – UAA, 2022.

Palavras Chave:

1. Ações Afirmativas 2. Alunos Cotistas 3. Faculdade de Odontologia

Selma Ribeiro de Farias

**AS AÇÕES AFIRMATIVAS DESTINADAS AOS ALUNOS COTISTAS
DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

Esta dissertação foi avaliada e aprovada para obtenção do título de Mestre em
Educação, pela Universidade Autónoma de Asunción- UAA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus Ancestrais, aos meus Pais - Valéria e Athaide (in memoriam), minhas Tias e Tios, aos meus Irmãos - Soraia e Athaide, a minha esposa Vânia Rocha, que tanto me incentivou e me incentiva sempre, ao Pai Joaquim, ao Caboclo Ventania e ao Cigano Rodrigo.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus, aos meus Orixás e aos meus Mentores Espirituais. Agradeço as Amigas – Carla Pinotti, Ana Costa e Rose Franco, que juntas encaramos o desafio do Mestrado, ao Amigo Maciel sempre prestativo, a Verônica que juntou-se ao grupo no último módulo. As Amigas da UFRJ, que colaboraram para finalização deste trabalho – Márcia Carvalho, Selene Vaz e Denise Góes. A Faculdade de Odontologia da UFRJ, pela oportunidade dada para realização deste trabalho. A minha afilhada Agnes Regina, pelo auxílio na parte da informática. E a todos que diretamente ou indiretamente colaboraram para a conclusão do meu Mestrado.

*“ Educação não transforma o mundo.
Educação muda as pessoas.
Pessoas transformam o mundo.”*

Paulo Freire

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| Lista de siglas..... | x |
| Lista de figuras | xii |
| Lista de quadro | xiii |
| Resumo | xiv |
| Resumen | xv |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... | 4 |
| 1. EDUCAÇÃO SUPERIOR E A LEI DE DIRETRIZES E BASES PARA A | |
| EDUCAÇÃO NACIONAL | 4 |
| 1.1. Aspectos gerais do ensino superior..... | 4 |
| 1.2. As propostas da LDB ao ensino superior..... | 8 |
| 2. OS PROGRAMAS IMPLANTADOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR..... | 13 |
| 2.1. Programa de Apoio de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais | |
| (REUNI) 13 | |
| 2.2. Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)..... | 17 |
| 2.3. Sistema de Seleção Unificada (SiSU)..... | 21 |
| 2.4. A Lei 12.711/2012..... | 26 |
| 3. AS POLÍTICAS DE CUNHO AFIRMATIVAS..... | 31 |
| 3.1. Contextualização das medidas afirmativas..... | 31 |
| 3.2. A implementação das ações afirmativas na UFRJ..... | 35 |
| FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA | 40 |
| 4. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO..... | 40 |
| 4.1. Problema da pesquisa..... | 40 |
| 4.2. Objetivos da pesquisa..... | 42 |
| 4.2.1. Objetivo geral | 42 |
| 4.2.2. Objetivos específicos | 42 |
| 4.3. Decisões metodológicas e desenho da pesquisa..... | 43 |
| 4.4. Contexto da pesquisa..... | 45 |
| 4.5. Participantes da pesquisa..... | 49 |
| 4.6. Técnicas e instrumentos de coletas de dados..... | 50 |
| 4.7. Validação dos instrumentos da pesquisa..... | 52 |
| 4.8. Procedimentos para a coleta de dados..... | 53 |

| | |
|--|-----------------------------|
| | As ações afirmativas...viii |
| 4.9. Técnicas de análises e interpretação de dados | 54 |
| 5. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS..... | 56 |
| 5.1. As ações afirmativas implementadas na Faculdade de Odontologia da UFRJ ... | 56 |
| 5.2. Delineamento da ação afirmativa BIO | 58 |
| 5.3. A eficiência da ação afirmativa BIO para a permanência dos alunos cotistas | 63 |
| 5.3.1. Dificuldades apresentadas pelos alunos cotistas..... | 63 |
| 5.3.2. Contribuições da ação afirmativa BIO..... | 66 |
| 5.3.3. Avaliação dos alunos cotistas em relação a ação afirmativa BIO..... | 68 |
| CONCLUSÕES | 71 |
| SUGESTÕES | 73 |
| REFERÊNCIAS | 74 |
| APÊNDICES | 81 |
| ANEXOS | 89 |

LISTA DE SIGLAS

- ANDIFES** – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
- BIO** – Banco de Instrumentais Odontológicos
- CEP** – Comitê de Ética e Pesquisa
- CF** – Constituição Federal
- CNE** – Conselho Nacional de Educação
- CPF** – Cadastro de Pessoa Física
- DEM** – Democratas
- DRE** – Divisão de Registro de Estudantes
- EJA** – Educação de Jovens e Adultos
- EM** – Ensino Médio
- ENEM** – Exame Nacional do Ensino Médio
- ES** – Ensino Superior
- FIES** – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
- FO** – Faculdade de Odontologia
- FUNDEF** – Fundo de Manunção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério
- HUCFF** – Hospital Universitário Clementino Fraga Filho
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IC** – Iniciação Científica
- IES** – Instituições de Ensino Superior
- IFES** – Instituto Federal de Ensino Superior
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- MEC** – Ministério da Educação
- PDE** – Plano de Desenvolvimento da Educação
- PIB** – Produto Interno Bruto
- PNAES** – Plano Nacional de Assistência Estudantil
- PROUNI** – Programa de Universidade para Todos
- REUNI** – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
- SiSU** – Sistema de Seleção Unificada
- STF** – Supremo Tribunal Federal

UDF – Universidade do Distrito Federal

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNB – Universidade de Brasília

UNEF – Universidade Estadual do Norte Fluminense

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura nº 1: Distribuição do ES no Brasil..... | 6 |
| Figura nº 2: Evolução do número de matrículas com bolsas de estudo ou financiamentos ... | 7 |
| Figura nº 3: Avanço do ES no Brasil..... | 11 |
| Figura nº 4: Índice da população com nível superior..... | 13 |
| Figura nº 5: Expansão das IFES..... | 15 |
| Figura nº 6: Quantitativo de recursos investidos por meio do programa..... | 19 |
| Figura nº 7: Evolução de incentivos no ENEM..... | 22 |
| Figura nº 8: Quantitativo de vagas disponibilizadas pelo SiSU..... | 25 |
| Figura nº 9: Percentual de brancos e pretos/pardos no ES..... | 28 |
| Figura nº 10: Avanço de pessoa com deficiência no ES..... | 29 |
| Figura nº 11: Índice de alunos cotistas na UFRJ..... | 37 |
| Figura nº 12: Relação dos critérios de ingresso dos alunos cotistas..... | 38 |
| Figura nº 13: Desenho da pesquisa..... | 45 |
| Figura nº 14: Vista panorâmica da cidade do Rio de Janeiro..... | 46 |
| Figura nº 15: Universidade Federal do Rio de Janeiro..... | 47 |
| Figura nº 16: Faculdade de Odontologia – UFRJ..... | 48 |
| Figura nº 17: Aula prática no curso de odontologia..... | 49 |
| Figura nº 18: Três fases da análise de conteúdo..... | 54 |
| Figura nº 19: Instrumentais odontológicos..... | 60 |
| Figura nº 20: Instrumentais odontológicos..... | 61 |
| Figura nº 21: Organograma das etapas do BIO..... | 62 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro nº 1: Perguntas e objetivos da pesquisa | 43 |
| Quadro nº 2: Participantes da pesquisa..... | 50 |
| Quadro nº 3: Técnicas relacionadas aos objetivos da pesquisa..... | 51 |
| Quadro nº 4: Expertos avaliadores..... | 52 |

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar as ações afirmativas implementadas pela Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para o alcance do objetivo geral foram traçados os seguintes objetivos específicos: identificar as ações afirmativas implementadas na Faculdade de Odontologia da UFRJ; descrever a forma de delineamento, bem como para quais grupos elas se destinam; determinar a eficiência das ações afirmativas para a permanência dos alunos cotistas. Para maior aproximação da realidade pesquisada a investigação adotou a abordagem qualitativa. Participaram do estudo: 1 Coordenadora – docente, 2 assistentes sociais, 2 odontólogos e 10 alunos cotistas. E como procedimento metodológico, foram utilizados: análise documental e entrevista. A técnica análise de conteúdo foi utilizada para interpretação das falas. O estudo apontou que na Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro existe apenas a ação afirmativa, denominada de Banco de Instrumentais Odontológicos – BIO, destinada aos alunos com vulnerabilidade socioeconômica. Constatou-se que a ação afirmativa BIO atende atualmente 24 alunos do curso de graduação com empréstimo de instrumentais odontológicos, sendo dentre estes, 14 alunos cotistas e 10 alunos não cotistas. O aluno beneficiário, assina o termo de responsabilidade de retorno acadêmico. Em seguida, recebe os instrumentos apresentados na lista do período vigente. Após a aquisição dos instrumentais odontológicos, os estudantes assinam o termo de responsabilidade dos materiais. Verificou-se que a ação afirmativa Banco de Instrumentais Odontológicos contribui para permanência do aluno cotista na Faculdade de Odontologia. Que essa ação ajuda bastante, porém precisa melhorar, pois o banco de instrumentais depende de doações, e não possui recursos financeiros para adquirir mais materiais e instrumentais odontológicos, e assim atender a maioria dos alunos que depende do BIO.

Palavras-Chave: Ações Afirmativas. Alunos Cotistas. Faculdade de Odontologia.

RESUMEN

Esta disertación tiene como objetivo analizar las acciones afirmativas implementadas por la Facultad de Odontología de la Universidad Federal de Rio de Janeiro. Para lograr el objetivo general, se delinearon los siguientes objetivos específicos: identificar las acciones afirmativas implementadas en la Facultad de Odontología de la UFRJ; describir la forma de diseño, así como a qué grupos están destinados; determinar la eficacia de las acciones afirmativas para la permanencia de los estudiantes de cuota. Para acercarse a la realidad investigada, la investigación adoptó el enfoque cualitativo. Participaron del estudio: 1 coordinador – docente, 2 trabajadores sociales, 2 dentistas y 10 alumnos de cuota. Como procedimiento metodológico se utilizó lo siguiente: análisis documental y entrevista. Se utilizó la técnica de análisis de contenido para interpretar las declaraciones. El estudio señaló que en la Facultad de la Odontología de la Universidad Federal de Rio de Janeiro solo existe la acción afirmativa, denominada Banco de Instrumentos Dentales – BIO, dirigida a estudiantes con vulnerabilidad socioeconómica. Se encontró que la acción afirmativa BIO actualmente atiende a 24 estudiantes de pregrado con préstamo de instrumentos dentales, entre ellos, 14 estudiantes de cuota y 10 estudiantes de no cuota. El alumno beneficiario firma el término de responsabilidad de retorno académico. Luego, recibe los instrumentos presentados en la lista del período actual. Después de la adquisición de los instrumentos dentales, los estudiantes firman el acuerdo de responsabilidad material. Se constató que la acción afirmativa Banco de Instrumental Odontológicas contribuye a la participación del alumno cupo en la Facultad de Odontología. Que la acción es sumamente importante, pero hay que mejorar, ya que el banco de instrumentos depende de donaciones, no tiene recursos económicos para adquirir más materiales e instrumentos dentales y así atender a la mayoría de estudiantes que dependen de BIO.

Palabras-Clave: Acciones Afirmativas. Estudiantes de Cuotas. Facultad de Odontología.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a conclusão da Educação Superior é um elemento chave para melhores condições sociais. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), (2014) indivíduos com Ensino Superior completo obtêm rendimentos três vezes maior que o das pessoas que têm o nível médio, e seis vezes mais que aqueles sem instrução. Logo essa relação implica afirmar que a Educação Superior é condição para reduzir a desigualdade social. Ainda segundo o IBGE (2014) “36,4% das vagas das universidades públicas foram preenchidas pela parcela mais rica da população brasileira, enquanto que a parcela mais pobre, ocupa apenas 7,6% das vagas”. Conforme Salata (2018, p.3) “conseguir ou não ter acesso ao Ensino Superior é, no Brasil, um elemento marcante no processo de reprodução das desigualdades”.

Esse cenário permite pensar na Educação Superior como um lugar de acesso e permanência limitados, e, o que as universidades estão efetivamente fazendo para permitir o acesso e permanência das classes menos favorecidas ao Ensino Superior, uma vez que mais de 70% dos alunos das universidades públicas são oriundos de famílias que se encontram entre os 20% mais ricos da população (IBGE, 2014). Porém as Universidades Públicas são financiadas pelos impostos que são pagos por toda a sociedade sem distinção, impostos estes pagos inclusive pelos pobres, o que permite dizer que no Brasil os pobres financiam a educação pública universitária dos ricos (Camargo y Ferman, 2004). Contudo as cotas para o Ensino Superior são uma realidade prevista no arcabouço jurídico brasileiro, expresso claramente nas leis - Lei 13.409/2016, Lei 12.711/2012, nas Portarias Normativas nº8, nº9, nº18 e nos Decretos Federais nº 7824/2012 e nº 9034/2017. Apesar de transcorrido oito anos da aprovação da Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas) que criou uma política de reserva de vagas para alunos de baixa renda em todo sistema de educação superior, alterando significativamente as políticas de ações afirmativas do país.

Quando se aborda as questões relacionadas as ações afirmativas, é importante considerar a definição de Haas e Linhares (2012), visto que autores as definem com “instrumentos de concretização de igualdade material, portanto, dão preferência a segmentos sociais marginalizados no acesso aos direitos sociais, sobretudo à educação e ao trabalho” (p.93).

As ações afirmativas na Faculdade de Odontologia da UFRJ, inicialmente foram propostas por movimentos sociais que lutavam pela inclusão de determinados segmentos da sociedade, que sempre foram historicamente excluídos. Em relação às ações de cunho afirmativas, há de se esclarecer que na UFRJ o ato de implementação de tais modalidade foi considerado tardio, visto que segundo Paixão (2015) “a reserva de vagas nos cursos de graduação enfrenta fortes resistências junto às classes médias e à elite socioeconômica brasileira. Entretanto, na UFRJ, tal reticência parecia ter se colocado com uma força especial” (p.15).

Frente a este cenário, que emerge a principal questão de estudo da presente pesquisa: quais as ações afirmativas implementadas pela Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para o acesso e permanência dos alunos cotistas? A partir desse questionamento pretendeu-se atingir os seguintes objetivos: o geral é analisar as ações afirmativas implementadas pela Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E os específicos são: identificar quais ações afirmativas são praticadas na Faculdade de Odontologia da UFRJ; descrever a forma de delineamento, bem como para quais grupos elas se destinam; e determinar a eficiência das ações afirmativas para a permanência dos alunos cotistas.

Para que fosse possível alcançar os objetivos propostos nesse estudo, a condução desta pesquisa teve como base teórico-metodológica a pesquisa qualitativa. Segundo Sampieri, Collado e Lúcio (2013, p. 364) a pesquisa qualitativa “busca compreender a perspectiva dos participantes (indivíduos ou pequenos grupos de pessoas a serem investigados) sobre os fenômenos que os cercam, aprofundar suas experiências, perspectivas, opiniões e significados”, ou seja, a maneira pela qual os participantes percebem sua realidade subjetivamente.

Para efeito didático, esta dissertação encontra-se estruturada em 5 capítulos.

No primeiro capítulo - Educação Superior e a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional contempla-se sobre um conjugado de obras bibliográficas que fazem abordagem a temática acerca das características gerais e históricas da Educação Superior no Brasil, adiante como o enfoque a consideração da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional para melhor compreensão do percurso da efetividade da educação no território brasileiro.

No segundo capítulo - Os Programas Implantados na Educação Superior se expõem as ideias de diversos autores relacionadas aos principais programas direcionados à educação superior, com foco no Programa de Apoio de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, no Programa Nacional de Assistência Estudantil, e no Sistema de Seleção

Unificada (SiSu). Adiante, o tópico trás a temática da Lei 12.711/2012 como contribuinte para o sucesso acadêmico e profissional do aluno.

No terceiro capítulo - As Políticas de Cunho Afirmativas faz alusão sobre as políticas públicas afirmativas, apresentando assim sua contextualização destas lutas sociais para a efetivação da igualdade. Mediante isto, mais a frente se faz uma abordagem das políticas públicas a partir da década de 90, e por fim a implementação de tais medidas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

No quarto capítulo se apresenta o marco metodológico expondo o caminho da investigação, o desenho, o tipo e o enfoque da pesquisa, a delimitação da pesquisa, os participantes das pesquisa, bem como as técnicas e instrumentos da coleta de dados, os procedimentos para realizar essa coleta de dados e por fim, ressalta-se as técnicas de análise e interpretação de dados.

No quinto capítulo da análise e interpretação dos dados da pesquisa, discorre-se de maneira sucinta e objetiva os resultados obtidos no decorrer da investigação. Essa análise permite considerar os aspectos qualitativos adquiridos juntos aos participantes, a partir dos instrumentos de coleta de dados como a análise documental e as entrevistas aplicadas aos técnicos administrativos: 2 assistentes sociais, 2 odontólogas, 1 coordenadora – docente e 10 alunos cotistas, embasados na Análise de Conteúdo apresentada por Bardin (2011).

E finalmente apresenta-se as conclusões da investigação, assim como algumas sugestões, consideradas importantes para a continuidade do estudo.

O presente trabalho pretende contribuir, dessa forma, com as reflexões de estudos sobre o tema, no sentido da construção de um país mais justo e igualitário, especialmente em se tratando de um curso o qual, a experiência nos diz ser prioritariamente, alvo de alunos oriundos das classes mais favorecidas, especialmente por envolver um custo financeiro alto em termos de materiais necessários para a realização do mesmo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. EDUCAÇÃO SUPERIOR E A LEI DE DIRETRIZES E BASES PARA A EDUCAÇÃO NACIONAL

O presente capítulo é um conjugado de obras bibliográficas que fazem abordagem a temática acerca das características gerais e históricas da Educação Superior no Brasil, adiante como o enfoque a consideração da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional para melhor compreensão do percurso da efetividade da educação no território brasileiro.

1.1 Aspectos gerais do ensino superior

A autenticidade do Ensino Superior (ES) no Brasil perpassa por diversos fatores como: históricos, econômicos, sociais, políticos e culturais, uma vez que o seu processo de constituição foi tardio em comparação a outros países.

No Brasil, as primeiras organizações a trabalharem com o ensino de nível superior tiveram iniciu no século XIX, com a vinda dos portugueses, no ano de 1808. Todavia, tais instituições apenas ofertavam a capacitação profissional para desempenhar os mais diversos papéis na corte.

O autor Bortolanza (2017) afirma que “a ausência de planejamento das instituições, desde sua origem, em detrimento as ineficiências e cunho político e interesses outros, proporcionaram limitações em sua expansão e na qualificação no atendimento pleno da população” (p.9). Deste modo, esses fatores refletem como o ES se destaca atualmente e como uma grande parcela dos habitantes do território brasileiro são privados do ingresso à educação.

Em 1889, já no final do Império, havia apenas seis escolas de ensino de nível superior. Contudo, como relatado por Bortolanza (2017) que tais escolas eram direcionadas a “formação de engenheiros e médicos” (p.2). Logo, este fato de acordo com Silva, Amauro,

Souza e Filho (2017) reduzia “o contingente que se candidatava as vagas, sendo esses oriundos da pequena parcela da sociedade que compunha a elite brasileira” (p.297).

Diante de tal situação, algumas iniciativas privadas como a confessional católica foram responsáveis pela criação de varias Instituições de Ensino Superior (IES) a partir de 1900.

Os autores Neves e Martins (2016) asseguram que:

As primeiras universidades no país surgiram em meados da década de 1930, destacando-se, nesse processo, a Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e a Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, que teve uma existência efêmera quando o governo federal resolveu dissolvê-la, integrando-a a Universidade do Rio de Janeiro [...]. Entre 1946 e 1960 foram criadas dezoito IES públicas e dez IES privadas (p.97).

Com o término da Segunda Guerra Mundial o processo de industrialização massivo foi consolidado, juntamente com a percepção de atender as demandas relacionadas ao desenvolvimento econômico da época. Nesta conjuntura Filipak e Pacheco (2017) colaboram dizendo que “as inúmeras novas exigências da cidadania moderna, [...] colocam a educação diante de uma questão exigente e desafiadora” (p.1244).

Ainda durante este período, o Governo Federal deu início à criação de uma rede de Universidades Federais Públicas, aumentando conseqüentemente a taxa de alunos registrados nas universidades.

O Golpe Militar de 1964 foi responsável pelo período de ditadura que durou até meados de 1985. O regime militar deu início a uma fase desenvolvimentista e autoritária. Mesmo com a relativa ampliação do ES no setor público, há ainda certa dificuldade no aumento de suas matrículas, ocasionado intensa mobilização de organizações estudantis com o alvo de alcançar este objetivo.

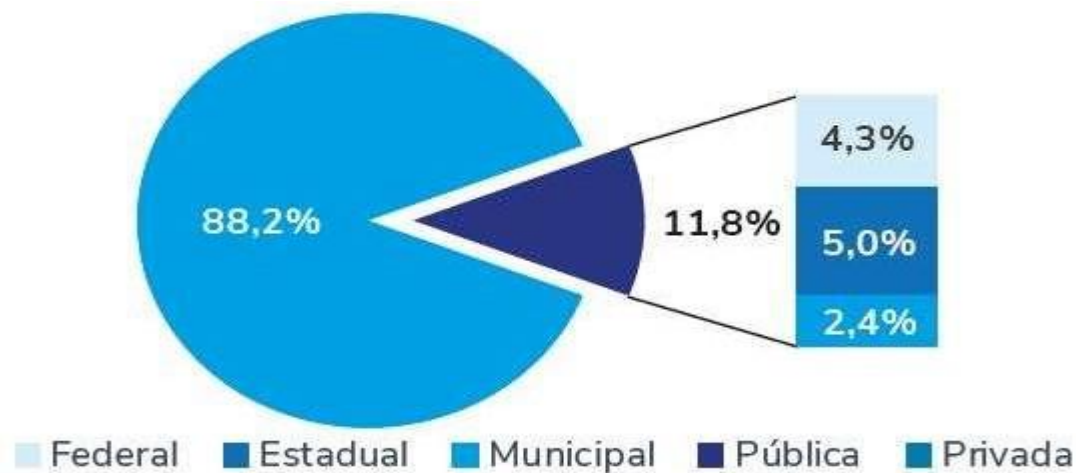
Do mesmo modo, as organizações estudantis criticavam o princípio de funcionamento do ES, principalmente com relação à carência de pesquisa científica dentro das universidades. Dentro deste cenário, as melhorias educativas neste viés, objetivaram seus devidos ajustes às demandas do desenvolvimento brasileiro, tendo uma relevante contribuição do Governo.

De acordo com Neves e Martins (2016):

A Reforma Universitária, de 1968, foi responsável pela profissionalização da academia e institucionalizou a pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e

doutorado), além de promover uma política de formação de recursos humanos a fim de enaltecer as bases científicas, tecnológicas e inovadoras em território nacional (p.97).

Figura 1. Distribuição do ES no Brasil.



Fonte: Recuperado de http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2019/censo_2018_final.pdf.

Com base na figura 1, observar-se que o sistema brasileiro do ES é constituído em sua maioria por instituições privadas, a autora Paula (2017) relata que tais faculdades possuem “qualidade questionável, que se dedicam fundamentalmente ao ensino e não realizam pesquisa nem extensão de forma sistemática” (p.303).

Contudo, segundo os dados do último censo do ES, aponta o crescimento de matrículas nas IES privadas, até mesmo devido à iniciativas direcionadas a novos alunos, as bolsas de estudo e financiamentos, vê Figura 2.

Figura 2. Evolução do número de matrículas com bolsas de estudo ou financiamentos.

Fonte: Recuperado de http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2019/censo_2018_final.pdf.

As características básicas de sistema remetem transformações ocorridas no decorrer dos anos em relação ao ES. Segundo os autores Neves e Martins (2016) tais características representam o marco que delimitou estas transformações:

- 1) coexistência de instituições universitárias e não universitárias; 2) segmento de instituições mantidas pelo poder público que oferece ensino gratuito e de um segmento de instituições, mantidas pela iniciativa privada; 3) heterogeneidade em termos de qualidade acadêmica entre os segmentos públicos e privados; 4) distribuição desequilibrada de matrículas entre os segmentos público e privado; 5) forte concentração, no MEC, das prerrogativas de formulação de políticas e dos instrumentos de supervisão, controle e avaliação sobre o sistema federal e privado; 6) modelo de financiamento que compromete a ampliação da matrícula e a inclusão social; 7) acesso ao ES com caráter amplamente excludente; 8) consolidação de um vigoroso sistema de pós-graduação, baseado em uma avaliação trienal por pares e programas contínuos de fomento; e 9) preocupação crescente com a internacionalização do ES (p.99).

Deste modo, para o ingresso ao ES se fazia necessário à aprovação do candidato na prova dissertativa e/ou objetiva, com abordagem de conteúdos referentes ao ensino médio (EM). No ano de 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi criado com intuito de avaliar as competências e habilidades adquiridas ao longo da escolarização básica, e ao longo dos anos o exame foi se tornando mais popular.

Tal fato pode ser ocorrente da utilização da nota final do ENEM como parâmetro de classificação por muitas universidades, sendo também utilizado pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI), como critério de seleção para o candidato bolsista no ES privado.

Segundo Neves e Martins (2016):

Em 2009, o ENEM passou a cumprir quatro funções, quais sejam: 1) avaliar o conhecimento dos alunos que terminam o ensino médio; 2) permitir ao estudante concorrer a uma bolsa pelo PROUNI e requisitar o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) para frequentar uma IES privada; 3) ser a prova de conclusão do EM para alunos da educação de jovens e adultos (EJA); e 4) substituir ou somar pontos no exame de vestibular em IES brasileiras (p.101).

Os autores Neves e Martins (2016) reforçam ainda que atualmente, aproximadamente 1.217 IES utilizam as notas do ENEM como critério para o processo seletivo, substituindo assim o vestibular tradicional ou complementando com os escores deste.

1.2 As propostas da LDB ao ensino superior

A reestruturação e normatização da educação brasileira, a partir da CF de 1988 deu à União a competência para legislar sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional com relação ao Ensino Superior (LDB).

A LDB 9394/96 é a legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil, deste do básico ao ES. Vale mencionar ainda que esta é uma das mais leis importante que fazer referência à educação.

Com a finalidade oferecer igualdade no âmbito educacional como direito comum a todos, o então ministro da Educação Clemente Mariani propôs o Projeto de Lei para a LDB, em 20 de dezembro de 1961 (lei nº 4.024/61), que foi modificada por emendas e artigos e

reformada por leis, assim sendo substituída posteriormente pela LDB 9.394/96 sancionada em 1996.

Tais mudanças tinham por intuito proporcionar maior igualdade, ou seja, maior democratização, e de acordo com Camargo, Jacomini e Gomes (2016):

O princípio da gestão democrática da educação pública, como processo e exercício de conduzir, dirigir ou governar as funções públicas, de conceber a Educação em uma perspectiva de totalidade, foi consagrado na Constituição Federal de 1988 (CF/88) e deve reger todos os sistemas públicos, em todos os níveis de ensino (p.382).

Logo, algumas mudanças relevantes devem ser lembradas em relação às propostas da LDB direcionadas ao ES. Com o golpe militar de 1964, houve a tentativa de organizar o ensino ao novo quadro político que se instaurava, a fim de dinamizar a ordem socioeconômica de interesse, assim ajusta-se a LDB 4.024/61, para atender à ideologia desenvolvimentista adotado pelo regime militar, resultando na sanção da lei de 5.540/68, onde houve mudanças quanto ao ES sendo assim chamada de Lei da Reforma Universitária, onde o regime não viu necessidade em mudar completamente a LDB vigente.

Diante disso, esses marcos segundo Camargo et al. (2016) visam:

A defesa de uma educação de qualidade, que diz respeito ao acesso igualitário aos conhecimentos historicamente sistematizados e à produção de novos saberes, valores, concepções, atitudes, posicionamentos instigou a criação de modelos e processos que privilegiassem a participação da comunidade envolvida com a Educação nas diferentes dimensões de construção e realização do Projeto Político Pedagógico (que envolve o planejamento, avaliação, organização do trabalho na escola) (p.384).

Segundo Saviani (2009) o governo militar não intencionou criar uma nova LDB, mas apenas ajustar a que estava em vigor (Lei nº 4.024/61) assim elaborou-se não só as reformas do ES, (Lei nº 5.540/68) mas também dos ensinos: primário e médio (Lei nº 5.692/71). Inaugura-se então, a fase tecnicista da educação em vista da política desenvolvimentista adotada pelo Brasil, sendo evidenciado na fala de Maquiné e Azevedo (2018) ao relatarem que a “essas reformas foram realizadas em decorrência da necessidade de “adequar” o sistema educacional a demandas de mercado de trabalho” (p.114).

A expansão do capitalismo monopolista americano para o mundo e, especificamente, para o Brasil, exigia transformações no aspecto da política educacional, resultando em mudanças na legislação que normatizariam o setor. Essas transformações, ocorridas no âmbito da política educacional, procuraram a criação de uma mão-de-obra técnica para os processos industriais em expansão, competindo às universidades brasileiras (públicas) e pelas faculdades isoladas (privadas) a incumbência pela formação dessa mão de obra com respaldo da Lei 5540/68 para o ES - Lei da Reforma Universitária.

De acordo com o autor Saviani (2009), este projeto buscou responder a duas exigências contraditórias: de um oposto, a demanda dos jovens estudantes ou postulantes a estudantes universitários e dos professores que reivindicavam a abolição da cátedra, a autonomia universitária e, mais verbas e vagas para desenvolver pesquisas e ampliar o raio de ação da universidade; de outro oposto, a demanda dos grupos ligados ao regime instalado com o golpe de 1964 que buscavam vincular mais fortemente o ES aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização em consonância com os requerimentos do capitalismo internacional (criação de mão-de-obra técnica), ideia essa ainda fortemente influencia algumas instituições, não havendo um ensino crítico.

Em resumo, a LDB 9394/96 reafirma o direito à educação, garantido pela Constituição Federal (CF) e estabelece os princípios e os deveres do Estado relacionados à educação pública, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Segundo Borges (2020) “a Lei, na área de educação, complementa e detalha a CF de 1988. As transformações do ensino em nível superior tiveram na LDB de 1996 sua peça fundamental e a partir dela promoveu-se a diversificação do sistema” (p.26).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu artigo 44, inciso II, terão acesso ao ensino superior de graduação, candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo. Li (2016) reforça ainda que no ingresso por vestibular “o aluno se candidata a uma vaga em um único curso e não possui restrição de tentativas, além de poder se inscrever em diferentes vestibulares” (p.22).

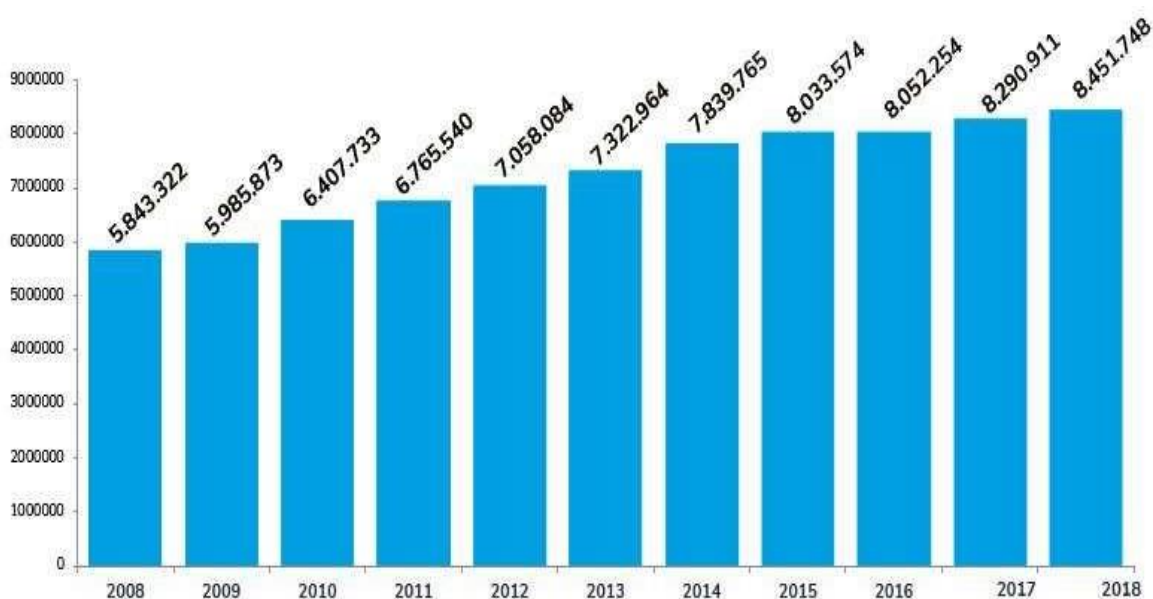
Para a pós-graduação, que é dividida em *strictu sensu* (mestrado e doutorado) e em *lato sensu* (especialização, aperfeiçoamento e outros), seu acesso é permitido somente se o aluno possuir diploma em graduação.

A Educação de Nível Superior abrange: a graduação e pós-graduação nas diferentes áreas profissionais. Na graduação os cursos são abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processos seletivos. A pós-graduação compreende programas de mestrado, doutorado e cursos de especialização.

É válido, ressaltar que os diplomas devem ser expedidos pelas universidades registradas junto ao MEC e as instituições não-universitárias, por universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), sendo estes com validade em toda a extensão do território nacional.

A oferta de tais níveis de educação vem se ampliando cada vez mais no território brasileiro, como pode ser observado da Figura 3.

Figura 3. Avanço do ES no Brasil.



Fonte: Recuperado de http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2019/censo_2018_final.pdf.

Tal aumento ocorreu devido à necessidade de uma formação profissional que atendesse as novas demandas do mercado, que passou a exigir uma força de trabalho mais qualificada.

Entretanto, os jovens brasileiros ainda têm pouco acesso ao meio acadêmico. Mesmo com tantos avanços, ainda hoje a LDB permanece ambígua, porque conceitua alguns

aspectos do ensino e as normas a serem seguidas, mas não assegura o próprio cumprimento, porém possibilita adaptações de melhoria para o cenário educacional do país.

Diante disso, vários avanços foram registrados, dentre eles podemos citar: a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e a instituição de programas que facilitam o acesso ao ensino superior como ENEM.

Contudo, esses avanços ficam sujeitos a atrasos, devido ao jogo de interesses entre setor público e privado, logo, a LDB 9.394/96 não cessou os debates direcionados a educação.

Portanto, observa-se a importância da LDB como forma de garantir o direito a toda população de ter acesso à educação gratuita e de qualidade, para valorizar os profissionais da educação, estabelecer o dever da União, do Estado e dos Municípios com o ensino público.

2. OS PROGRAMAS IMPLANTADOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Neste capítulo se encontra ideais de diversos autores relacionadas aos principais programas direcionados à educação superior, com foco no Programa de Apoio de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, no Programa Nacional de Assistência Estudantil, e no Sistema de Seleção Unificada (SiSu). Adiante, o tópico enfatiza a temática da Lei 12.711/2012 como contribuinte para o sucesso acadêmico e profissional do aluno.

2.1 Programa de apoio de reestruturação e expansão das universidades federais (REUNI)

A busca pelo ES de qualidade fez com que o governo federal se preocupasse com indicadores relacionados a este tema, principalmente entre jovens com idade regular para estarem cursando a universidade, pois esta variável está ligada aos avanços na área.

De acordo com o último censo do ES em 2018 o quadro de alunos com idade entre 18 e 24 anos, com matrículas era de 19,6 %, ou seja, um valor relativamente muito abaixo, se comparados com quantitativo dos números países vizinhos como a Argentina (Figura 4).

Figura 4. Índice da população com nível superior.



Fonte: Recuperado de http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2019/censo_2018_final.pdf.

Portanto, visando maior expansão o governo federal propôs iniciativas para mudar esse quadro de atraso, onde 14 novas unidades públicas foram criadas, e foi feita a expansão nas universidades públicas já existentes, através do programa de Apoio ao Plano de Reestauração das Universidades Federais (REUNI).

Historicamente, antes do REUNI, de acordo com o autor Gumiero (2019):

As universidades federais foram implantadas em áreas metropolitanas das capitais do Brasil, o que concentrou geograficamente a oferta de vagas no ensino superior público e restringiu o acesso de forma democrática e inclusiva para a população de outras sub-regiões do estado (p.989-990).

O REUNI foi estabelecido através do Decreto Presidencial nº 6.096/2007, em 24 de abril de 2007 como forma de incentivar as universidades públicas a retomarem seu papel estratégico para contribuir com o desenvolvimento socioeconômico do país, ampliando e possibilitando a permanência na universidade, e proporcionando melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (Brasil, 2007).

De acordo com Brasil (2007) o Artigo 2º do presente decreto traz vários dispositivos caracterizando a política do REUNI no decorrer de sua efetivação, de 2007 a 2014:

- I - aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II – redução das taxas de evasão
- III – ocupação de vagas ociosas
- IV – revisão da estrutura acadêmica buscando a constante da qualidade,
- V – reorganização dos cursos de graduação;
- VI – diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce e especializada;
- VII – implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos; e
- VIII – previsão de modelos de transição, quando for o caso (p.1).

Com o REUNI, o governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ES público, criando condições para que as IES federais promovessem a expansão física, acadêmica e pedagógica. Logo, segundo Gumiero (2019) o programa “apresentou um novo movimento de distribuição de universidades federais no interior e faixa de fronteira do Brasil, o que promoveu o processo de desconcentração de universidades federais das capitais para o interior do país” (p.990).

Figura 5. Expansão das IFES.

| Ano | Cidade | Interior |
|-------------|---------------|-----------------|
| 2000 | 27 | 12 |
| 2005 | 30 | 22 |
| 2010 | 31 | 27 |
| 2015 | 31 | 32 |

Fonte. Elaborada pela a pesquisadora.

O autor mencionado anteriormente também destaca que “as universidades federais originárias, interiorizam a oferta de vagas no ensino público federal e podem ser consideradas como estratégica para o desenvolvimento local” (Gumiero, 2019, p.990).

Tal desenvolvimento local, de acordo com Gumiero (2019) está relacionado aos seguintes fatores:

- 1) à pesquisa e inovação regional balizada pelas demandas regionais; 2) ensino e aprendizado ao mercado de trabalho e à profissionalização, oferta de educação contínua, treinamento e aperfeiçoamento regional e formas alternativas de ensino; 3) dimensionamento do desenvolvimento em três vertentes social, cultural e ambiental; 4) capacitação para a cooperação regional que envolve mecanismos de envolvimento universidade – região, promoção do diálogo e iniciativas de interesse regional (p.990).

Segundo Vieira (2017), os impactos gerados pela instalação da universidade em determinada localidade, podem ser considerados “para trás, são de ordem genérica, ou seja, poderiam ser estimulados por uma atividade econômica gerando efeitos multiplicadores de renda; para frente, de maior relevância e podem gerar transformações no território” (p.282).

Mediante isso, as universidades receberam investimentos para a aplicação em ações como contratação de professores e servidores administrativos; recuperação e construção de instalações físicas; e aquisição de equipamentos para laboratórios, salas de aula, bibliotecas, ambientes de professores e órgãos administrativos. Aliando a tais medidas está também a preocupação de garantir a qualidade da graduação do ensino.

Silveira (2015) reforça ainda que o REUNI tem como metas globais, a serem cumpridas ao longo dos cinco anos de adesão de cada universidade:

Elevação gradual da Taxa de Conclusão média dos cursos de Graduação presenciais (TCG) para 90% e alcançar a relação de 18 alunos para cada professor, a relação de dezoito estudantes para um professor foi fixada com base na LDB de 96 no que tange a carga horária do professor, com salas com 45 alunos, estimando aproximadamente 20 horas semanais (p.28).

Cabe ponderar que o programa permitiu uma reflexão sobre o possível aproveitamento de estruturas pré-existentes nas instituições federais, ao estabelecer que as vagas fossem ampliadas com aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas universidades, porém o atendimento dos planos elaborados pelas IES federais de ensino ficou condicionado ao MEC que por sua vez, estava limitada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, adotada pelo governo na época. Tal Lei criada para melhorar o equilíbrio das contas públicas, porém foi usada para contingenciamento de recursos para as instituições federais.

Dessa forma, a atenção se voltou apenas ao ensino, e os âmbitos da pesquisa e extensão permaneceram de lado, o que resultou na diminuição da qualidade do trabalho acadêmico e da pesquisa científica nas universidades federais, e a aprovação dos 90% dos estudantes, só seria alcançada, segundo Silveira (2015), através da aprovação em massa, ou seja, perda na qualidade do ensino.

Desse modo, a autonomia da universidade foi questionada quando o financiamento ficou condicionado ao cumprimento de metas padronizadas exigidas pelo MEC e a exigência do aumento da produtividade, que implicou em certa precarização da produção científica e do trabalho acadêmico. No entanto, não levaram em conta as reais condições e necessidades e, sobretudo, a diversidade existente no conjunto das universidades públicas brasileiras.

Assim, ao se voltar somente para o aumento quantitativo da graduação com a expansão do acesso e permanência, o programa assumiu o risco de ter diminuído a qualidade de ensino público.

O REUNI se apresentou como uma resposta à sociedade brasileira de expansão do ensino superior no setor público e um contraponto à política do governo anterior em torno do segmento educacional, porém, acabou mostrando-se contraditório em analogia às suas ações.

Ao colocar o REUNI em prática, a pretexto de democratizar o acesso ao ensino público superior, sem debate com a sociedade universitária, o governo federal expôs seu propósito de impor à sociedade um conceito de universidade condicionado pelo mercado,

com sérios prejuízos aos envolvidos na educação e na produção de conhecimentos. Com a expansão desordenada, os problemas estruturais que as universidades públicas enfrentavam se agravaram.

2.2 Programa nacional de assistência estudantil (PNAES)

Com a finalidade de garantir o acesso e continuação do aluno na educação, no final de 2007, o governo criou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para dar apoio aos estudantes que têm interesse em ingressar no ES, mas não possui condição financeira necessária para permanência nas instituições e, conseqüentemente, possibilidade para o término do curso. Diante das iniciativas do programa, Gómez (2019) relata que “os alunos que possuíam baixa renda puderam pleitear bolsas e auxílios” (p.98).

O PNAES foi implantado pela Portaria nº 39 de 12 de dezembro de 2007 sendo uma das ações oriundas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com objetivo de atender aos estudantes registrados em cursos de nível superior IES federais, visando à estabilidade e conclusão dos cursos pelos alunos com insuficiência de condições financeiras. De acordo com Recktenvald, Mattei e Pereira (2018) o “PNAES tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (p.406).

Após sua regulamentação em julho de 2010 por meio do Decreto nº 7.234, ficou estabelecendo assim as diretrizes para a execução das ações alusivas à assistência estudantil aos alunos que necessitavam de atendimento prioritário, e que conforme Brasil (2010) Artigo 1º do referido o MEC também passou a ter responsabilidades pela execução do programa, adiante, o Artigo 2º estabelece os objetivos do PNAES, que são:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão;
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010, p.1).

Para Nascimento (2012) o PNAES não está vinculado à política de viés social, portanto, deve ser entendida enquanto política educacional, visto que aborda ações de cunho assistencial desenvolvidas no âmbito da educação.

Nesta concepção de Imperatori (2017) complementa dizendo que,

A proposta do PNAES é articular diferentes áreas e, conseqüentemente, diferentes políticas sociais, visando garantir um padrão de proteção social amplo. É interessante observar que são definidas as ações e não as formas de se executar as ações, o que resulta na diversidade de projetos e serviços implementados em cada IFES (p.295).

Colaborando com tal pensamento, Andrade e Teixeira (2017) enfatizam que o foco do PNAES “é contribuir de forma eficaz para que haja melhoria no desempenho acadêmico do estudante, para evitar a repetência e a evasão, uma vez que tal situação gera um alto custo para o governo e para a instituição” (p.513).

Condizendo assim com a fala de Feghali (2017) “as ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de chances, fornecer a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão de correntes da insuficiência de condições financeiras” (p. 2).

Dentre as assistências disponibilizadas pelo PNAES, segundo Borges (2020) além do que já foi mencionado o programa devem prover:

A moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (p.49).

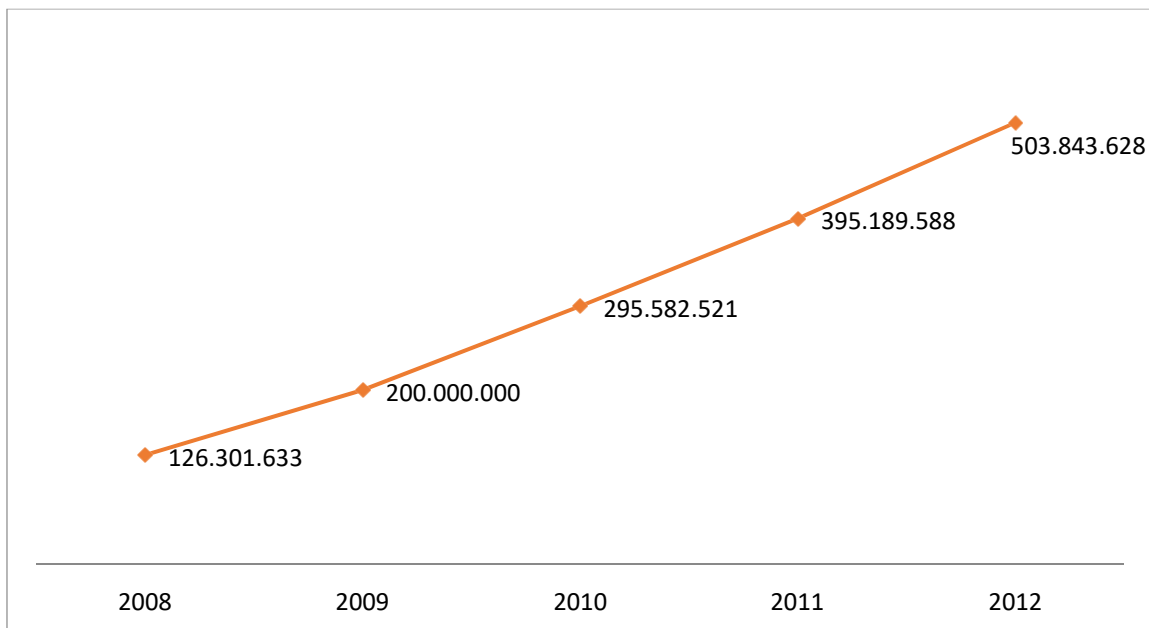
Como descrito Recktenvald et al. (2018) o “Artigo 3º do decreto de nº 7.234, mencionar e reafirmar a autonomia da Instituição no estabelecimento de critérios e seleção dos alunos a serem contemplados pelo programa” (p.406), logo as ações são executadas pelas próprias Universidades, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa. É válido esclarecer que para a seleção dos estudantes é necessário levar em consideração o perfil socioeconômico, além da realidade de cada instituição.

Contudo, segundo os pensamentos dos autores mencionados anteriormente, Recktenvald et al. (2018) “a gestão autônoma da IFES fica pressionada pela necessidade de investimentos em áreas de custeio geral da instituição, mesmo respeitando-se os limites da

legalidade, podem ocorrer situações em que os estudantes não consigam acessar de forma eficiente os recursos" (p.409).

Cabe ainda, destacar que o programa é fruto de um longo processo de lutas sociais e movimentos estudantis, e desde sua implantação o governo vem investindo cada vez mais recursos nas medidas assistenciais (Figura 6). Para Cunha (2017) “às ações afirmativas como justa igualdade de oportunidades, somente pode acontecer se houver a provisão de recursos financeiros e educacionais, bem como instalações para aprendizagem” (p.27).

Figura 6. Quantitativo de recursos investidos por meio do programa.



Fonte. Elaborado pela autora.

Em relação aos recursos não somente os alunos são beneficiários, afirma ainda segundo Correio (2018) que:

Por mais, que os recursos financeiros tenham aumentado no passar dos anos, estes ainda são insuficientes para manter e expandir as ações do PNAES. No momento de contrarreforma universitária, a Assistência Estudantil surge no discurso governamental atrelada às ações de democratização do ensino superior público, exercendo a função de atribuir concretude a este processo (p.4).

Os autores Recktenvald et al. (2018) colaboram com tal temática ao afirmarem que não somente os alunos ganham com as ações, mais também:

Os gestores das IFES também são beneficiados com o PNAES através da disponibilidade de recursos da matriz do PNAES para investimentos na assistência estudantil; melhoria nos índices institucionais, como redução da evasão e retenção; possibilidade de obtenção de maiores recursos financeiros da matriz ANDIFES, considerando que a distribuição do montante orçado para a educação superior é realizada a partir de um cálculo que leva em conta, dentre outros fatores, o número de alunos concluintes dos cursos (p.410-411).

Diante disso, as ações ao combate da disparidade social e regional, e democratização das condições dos jovens carentes ao ensino de qualidade nas IES da rede federal, vem se tornado mais frequentes e efetivas. Neste pensamento, da autora Correio (2018) as estratégias do programa “pretendem-se obter maior inclusão dos estudantes de baixa renda no ensino superior, garantindo seu direito humano de ter acesso e permanência nesse nível educacional” (p.4).

De acordo com Nascimento (2012), os indivíduos alvo do programa, são os estudantes provindos da rede pública de educação básica, ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. Portanto, é nítido que programa se constitui com uma política de caráter compensatório, pois atua nos efeitos das dessemelhanças sociais que afetam os estudantes no percurso formativo.

Para Andrade e Teixeira (2017) é importante neste de:

Contexto de diversidade e peculiaridades de IES, com lacunas importantes para compreensão e intervenções orientadas pelo PNAES, encara-se a dificuldade de efetivamente avaliar ações em assistência estudantil frente aos objetivos de inclusão social, diminuição da evasão e da retenção (p.514).

Portanto, é evidente que o programa surge como uma forma de reparar um prejuízo sofrido ao longo do tempo, mediante promoção de igualdade, contribuindo para os alunos mais vulneráveis socioeconomicamente possam ter maiores chances de permanecer no ES e dar continuidade nos seus estudos de forma eficaz sem interrupções.

Em relação à implantação de tais políticas, Cunha (2017) menciona que se devem levar em consideração dois pontos, sendo “o primeiro busca os aspectos da justa igualdade

de oportunidades, e o segundo engloba a contratação preferencial, de modo a valorizar a dignidade humana e a imagem daqueles que são considerados discriminados” (p.27).

Logo, diante as ações desenvolvidas pelo PNAES, de acordo com Gómez (2019) o mesmo tem:

Como premissa que a educação resolveria a questão da desigualdade social, focando as ações que efetivamente vão ao encontro das políticas sociais universais, representando assim um avanço ao reconhecer que há desigualdade nos estudantes de classes sociais mais baixas, e também a União poderia garantir verbas para a permanência na universidade (p.98-99).

Mediante esta observação, é nítido o valor da assistência estudantil para a redução da diferença social e da dificuldade de acesso de um número notável de pessoas. Sendo assim, é ferramenta estratégica para permitir que jovens, principalmente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica, tenham a oportunidade de ingressar em um curso superior e permanecer nela.

A educação desempenha um papel de grande importância para o desenvolvimento sociocultural e econômico do indivíduo, principalmente em uma comunidade em que o conhecimento e o aprimoramento de conhecimentos técnico-científicos têm importância fundamental para o ingresso meio de trabalho e na aquisição de experiências profissionais.

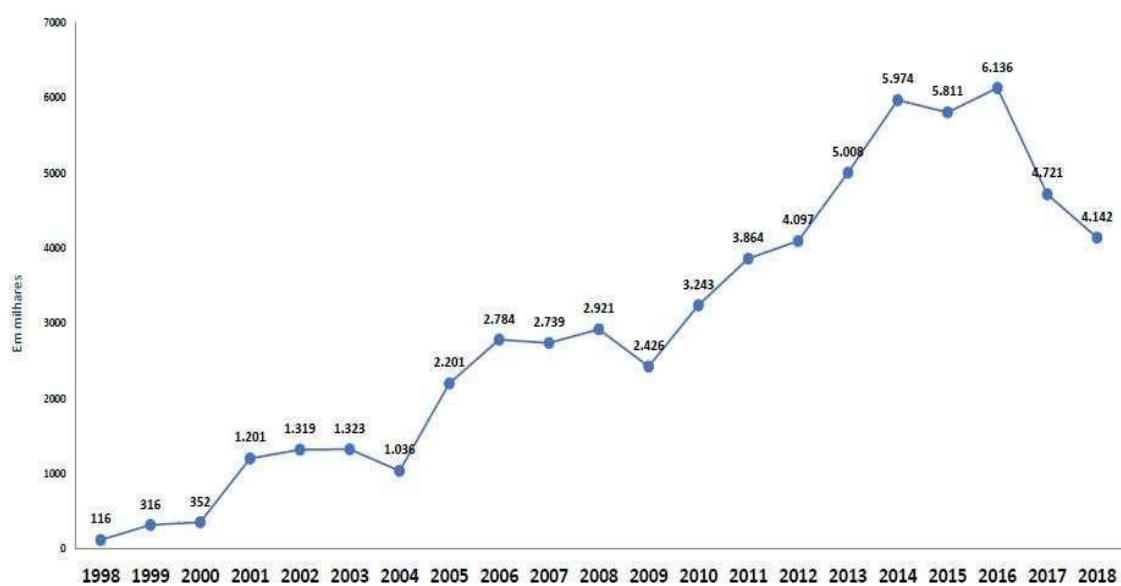
2.3 Sistema de seleção unificada (SiSu)

Nos últimos anos o sistema universitário tem passado por diversas modificações, relacionadas à expansão das vagas, bem como o processo de seleção dos alunos, logo para acompanhar tal dinâmica as IES precisam estar em continuar adaptação. Diante disso, segundo a autora Li (2016):

Assim, em poucos anos, o ensino superior brasileiro transitou de um sistema de seleção descentralizado, em que alunos aplicavam diretamente e de forma independente para cada instituição, para um sistema majoritariamente centralizado, em que se submetem a uma lista de opções para uma autoridade central e o critério de seleção é baseado em um único e comum exame de ingresso (p.13).

Em meio às alternativas ao vestibular tradicional, tem-se a seleção por meio da nota do ENEM a partir de 2010, devido sua reformulação o que contribuiu significativamente para a expansão do exame, vê Figura 6, bem como para a expansão da educação de nível superior. Adiante, Li (2016) aponta ainda que o processo unificado de acesso ao ensino superior, o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), revolucionou a forma de ingresso à graduação.

Figura 7. Evolução de inscritos no ENEM.



Fonte: Recuperado de http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2019/censo_2018_final.pdf.

Tal sistema de seleção, o SiSU, foi instituído por meio da Normativa nº 2 de 26 de janeiro de 2010, este com o desígnio de oferecer às IES uma alternativa de realização de exame seletivo de entrada utilizando as notas do ENEM. Segundo a concepção de Luz e Veloso (2014) “a nacionalização da prova é um benefício para os estudantes de baixa renda e que, além disso, aumentaria o acesso às vagas das universidades mais distantes dos grandes centros” (p.71).

De acordo com Brasil (2010) o Artigo 1º da normativa aponta que o SiSU deve:

Ser informatizado gerenciado pelo MEC, selecionando candidato a vagas disponibilizadas pelas instituições participantes. § 1º A seleção dos candidatos às vagas disponibilizadas pelo SiSU será efetuada com base nos

resultados obtidos pelos estudantes no ENEM, a partir da edição referente ao ano de 2009 (p. 1).

Vale deixar claro, que levando em consideração o descrito por Nogueira, Nonato, Ribeiro e Flontino (2017) “não existisse uma obrigatoriedade de adesão ao sistema, ele foi paulatinamente adotado pela grande maioria das universidades, institutos federais de educação tecnológica e por algumas instituições estaduais” (p.62).

Logo, mediante a autonomia das IES, Brasil (2018) retifica que cada uma a forma de utilizar a nota do ENEM, seja para preencher 100% das vagas, 50% ou 20% das vagas para a graduação, podendo ainda utilizar a nota como fase única para ingresso, ou opcionalmente para o aluno ingressar nos cursos de graduação.

Em analogia à seleção com maior democratização, Luz e Veloso (2014) se contrapõem a tal afirmação, visto que “o discurso da oportunidade de concorrer em nível nacional, tão enfaticamente defendido pelo MC e pela mídia, consegue criar uma aparente democratização de acesso, sem levar em consideração a realidade desigual no ensino médio brasileiro” (p.72).

Todavia, em relação à seleção através do SiSU, Borges (2020) afirma que:

O candidato se inscreve pela internet, na página do sistema, para se inscrever no sistema o candidato precisa apenas do número de inscrição do último ENEM e senha cadastrada no exame[...] e que tenham obtido nota na prova de redação que não seja zero[...] (p.63).

Após a inscrição, caso o candidato seja aprovado, ainda assim a garantia à vaga ainda não é efetiva, para tal é necessário fazer a matrícula na IES, sendo que pode haver cursos que exigir provas complementares. É válido deixar claro que no caso vagas não preenchidas, conforme mencionado por Abreu e Carvalho (2014) os candidatos não aprovados podem se inscrever para a Lista de Espera, a pretensão desta lista é eliminar as cadeiras vazias do ES público.

Tal sistema de seleção proporciona ao candidato verificar a sua nota de corte e posição do curso desejado. Também permite ao candidato realizar mudanças de curso e instituição quantas vezes julgar necessário ao longo do período de inscrição, sendo considerada válida a última opção anotada antes do encerramento das inscrições no sistema.

Há de se destacar que o sistema é dividido em duas edições: uma no primeiro semestre e outra no segundo. Para se inscrever é necessário que os candidatos realizem o ENEM no ano anterior e que obtenham na redação nota que não seja zero.

Conforme Nogueira et al. (2017) o SiSU apresenta três vantagens básicas em relação aos vestibulares:

Em primeiro lugar, ele traz um ganho institucional, ao tornar a técnica de ocupação das vagas mais barato e mais eficiente, através da plataforma *online* do SiSU [...]. Em segundo lugar, o SiSU tem a vantagem de propiciar maior mobilidade geográfica aos estudantes, ampliando as trocas acadêmicas e culturais e a própria integração do país [...]. Em terceiro lugar, é preciso destacar o possível efeito de inclusão social do SiSU [...] (p.62-63).

Dentre as vantagens do SiSU, Silveira, Barbosa e Silva (2015) complementam que o método de seleção “favorecimento da mobilidade dos estudantes para IES nos mais variados locais do país, possibilitando também que sujeitos oriundos de regiões menos desenvolvidas desloquem-se para outras mais desenvolvidas” (p.1).

Em analogia a tais vantagens do SiSU, Nogueira et al. (2017) aponta três:

- 1) ampliaria a eficiência institucional ao baratear o processo de seleção de alunos e melhorar a ocupação das vagas; 2) aumentaria a mobilidade geográfica dos estudantes brasileiros; 3) traria maior inclusão de alunos pertencentes a grupos sub-representados no Ensino Superior brasileiro – basicamente, oriundos de escolas públicas, filhos de famílias de baixa renda, pobres, pretos, pardos e indígenas (p.63).

Em relação a tal mobilidade geográfica antes do SiSu era de grande dificuldade para boa parte da população, visto que os alunos tinham que se deslocar para diferentes localidades, as autoras Gaia e Gaydeczka (2019) reforçam que:

Para um aluno conseguir uma vaga fora da localidade onde morava, teria que montar um cronograma para que não houvesse sobreposição das datas dos processos, inscrever-se em diferentes instituições, pagar suas taxas e viajar até o local de cada uma delas para realizar os exames vestibulares. Essa situação era impraticável para diversas famílias (p.142).

Figura 8. Quantitativo de vagas disponibilizadas pelo SiSU.

Fonte: Recuperado de <https://g1.globo.com/educacao/noticia/sisu-cresce-quatro-vezes-em-sete-anos-e-concentra-quase-metade-das-vagas-publicas-em-universidades.ghtml>.

Todavia, é válido ratificar que o SiSU não possui somente pontos positivos, Li (2016) considera que:

Uma consequência adversa da política estaria relacionada ao possível aumento da evasão, que se fundamenta na possibilidade de ocorrência de comportamentos estratégicos por parte dos alunos. Outra fonte de evasão pode estar correlacionada com o próprio comportamento migratório induzido pela política, quando problemas financeiros ou psicológicos atrapalham o aluno migrante a finalizar os seus estudos longe de casa (14).

E em relação à inclusão, Abreu e Carvalho (2014) afirmam que ao concorrer a uma vaga os candidatos devem se auto-selecionar em um dos seguintes grupos:

Ampla concorrência; Estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita; Estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita e autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (p.9).

É importante esclarecer que cada curso reserva dado percentual de suas vagas para cada um desses grupos, e caso selecionado o estudante deve comprovar que atendimento aos requisitos, do contrário perde o direito à vaga.

2.4 A Lei 12.711/ 2012

A CF de 1988 consagra no seu artigo 5º, o princípio de igualdade perante a lei, pois é um fato histórico que a sociedade mais carente, sempre encontrou mais dificuldade em alcançar essa igualdade no contexto social, educacional e intelectual. Nesta analogia, Melero, Martins, Rossi e Junkes (2018) afirmam que “a CF/88, quando fala em direitos sociais, em erradicação da pobreza, fim das discriminações e em dignidade da pessoa humana em seus artigos acaba, indiretamente, afirmando que o Brasil criará mecanismos que consolidem aqueles direitos garantidos em lei” (p.133).

As desigualdades acabam sendo mantidas pelos pensamentos elitistas predominantes, que se perpetuam até os dias atuais, corroborando assim com Gonçalves e Ramos (2019) ao elencarem que “o sistema educacional, sob aparência democrática e igualitária, operaria como um potente mecanismo reprodutor das desigualdades sociais” (p.5).

Nessa dimensão, a Universidade de Brasília (UNB), em 2009, reservou vagas para candidatos que se encaixassem em critérios étnico-raciais pré-estabelecidos, para que esses candidatos pudessem ingressar pelo vestibular da universidade. Essa reserva chamou a atenção do partido Democrata (DEM), que entrou com uma ação de descumprimento de preceito fundamental.

O DEM, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) constatou que tal reserva de vagas poderia ferir vários preceitos da constituição, como o repúdio ao racismo, princípio da igualdade e dignidade, além de normas regulamentadoras do direito universal a educação. Mais a frente, em 2012, o STF, decide, por unanimidade, que a ação do DEM era improcedente.

Ao longo das discussões, o Governo Federal elaborou a lei 12.711, de agosto de 2012, a fim de reduzir as diferenças sociais já citadas no texto, e determinando que em todas as IFES fossem reservadas, no mínimo, 50% das vagas, em todos os seus cursos e turnos, para candidatos egressos de escolas públicas. Segundo Melo e Corrêa (2020) tal lei é vista “por grande parte da população, como um privilégio, algo que beneficia a um grupo em

detrimento de outros. Isto porque as instituições federais de ensino estão entre as melhores do país” (p.99).

De acordo com o autor Salata (2018) tal “o sistema de cotas, já era adotado por algumas poucas universidades a partir do início da década de 2000, ganha impulso em 2012, quando foi sancionada a Lei” (p.225). Nesta alusão “o impacto imediato da lei foi o de instituir obrigatoriedade das cotas pelas IFES que não adotavam nenhuma medida de ação afirmativa nos seus processos seletivos e, ainda, uniformizar e padronizar essa política no conjunto das instituições federais” (Guerrini, Piconi, Sturion e Mata, 2018, p.22).

A Lei de Cotas foi regulamentada pelo Decreto nº. 7.824, e de acordo com Brasil (2012) as IFES programarão, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da reserva de vagas a cada ano, e terão até 30 de agosto de 2016 para o cumprimento integral. Essas vagas podem ser ocupadas por vestibular da própria universidade e ou pelo SISU, cujo resultado é obtido após o aluno prestar o ENEM.

De tal quantitativo, é designada a pessoas com renda familiar bruta mensal per capita de até um salário mínimo e meio, e a outra metade destinada a pessoas com renda superior a este valor. Além disto, nos dois subconjuntos de cotistas, deve ser reservado um percentual de vagas específico para pretos, pardos e indígenas.

Em relação ao público alvo, Gisi, Hanhart e Filipak (2015) afirmam que nesse caso:

A opção por políticas compensatórias e focalizadas, que buscam atender aos grupos sociais que historicamente não tiveram acesso à educação superior vem sendo uma medida de fundamental importância, por se constituir em uma possibilidade de contribuir com a diminuição das desigualdades sociais, mas, além dessas iniciativas, faz-se necessário uma política social que atenda às necessidades da população e, especificamente, uma política educacional que priorize a educação em sua totalidade (básica e superior) no país (p.128).

Neste caminho, fica claro que a referida Lei têm pontos bem específicos, visando a garantia de acesso ao ES as seguintes categorias, segundo o pensamento de Nascimento (2016) aos “(1) estudantes de escola pública; (2) estudantes de escola pública e pobre; (3) estudantes de escola pública, negro ou indígena; (4) estudantes de escola pública, negro ou indígena e pobre” (p.43).

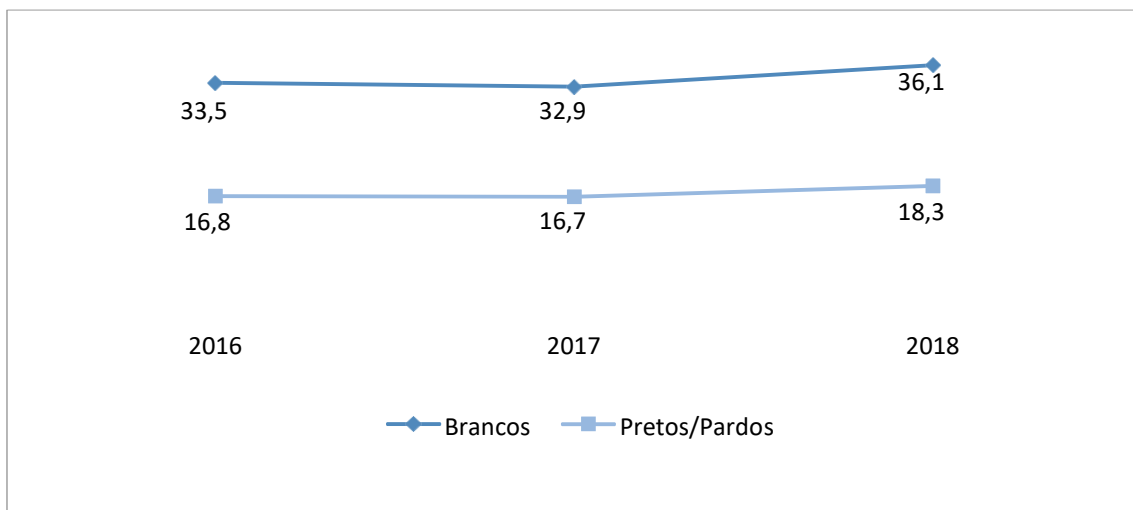
Em relação à questão racial, Vieira (2013) aponta que:

[...] segundo os dados do MEC, o número de negros que conquistam o diploma universitário limita-se a 2%. Isto significa que os postos de comando, seja no setor público, seja no setor privado, [...] ficarão necessariamente nas mãos dos não negros, confirmando mais uma vez nossa estrutura racial estratificada (p.116-135).

Para Melero, Martins, Rossi y Junkes (2018) até então, “a população negra e pobre, portanto, fica na periferia das oportunidades sociais, que eram reservadas, no cunho intelectual, normalmente a uma elite que conseguia manter-se no poder ou conseguia fazer-se representar nele” (p.131).

Nesta ótica, tal preocupação do legislador serve para que haja uma democratização mais efetiva e diminuição das desigualdades no âmbito do ES no Brasil. Neste cenário, é notório que o pequeno percentual de jovens dos referidos grupos que conseguem ingressar na educação superior (Figura 8), enfatizando a importância da lei para maior justiça social ao país.

Figura 9. Percentual de brancos e pretos/pardos no ES.

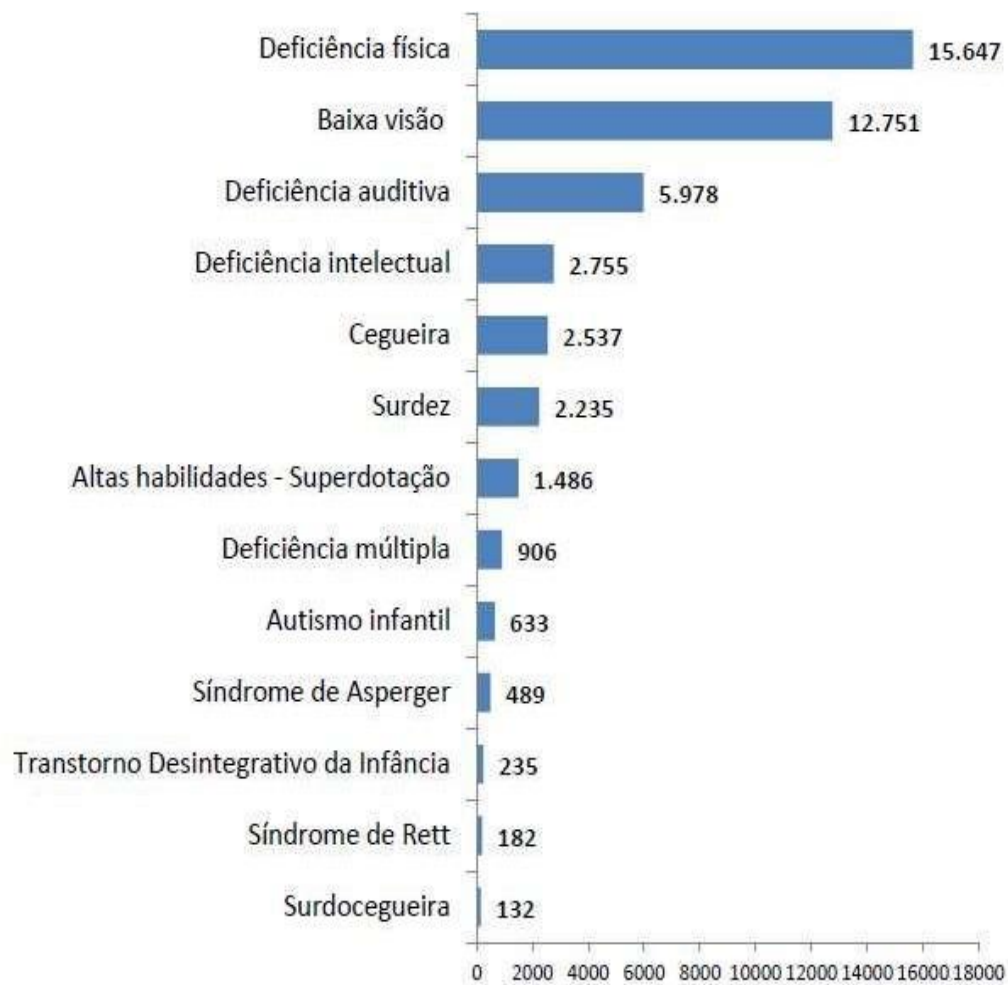


Fonte. Elaborado pela pesquisadora.

No ano de 2016, a referida Lei foi alterada pela Lei nº. 13.409/2016 que incluiu as pessoas com deficiências como beneficiárias do programa de reserva de vagas dessa política

pública (Figura 10). Essas pessoas disputam as mesmas vagas do grupo de pretos, pardos e indígenas.

Figura 10. Avanço de pessoas com deficiências no ES.



Fonte: Recuperado de http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2019/censo_2018_finalpdf.pdf.

Além disso, ampliou-se para 2016 a data para realização da avaliação dessa política de reserva de vagas.

Dessa forma tanto os programas voltados às ações afirmativas, quanto às cotas, são formas de reduzir a desigualdade originada por décadas de discriminação, o que tem

consequências ainda nos dias de hoje. Portanto, não é somente uma preocupação com o setor educacional, mas também uma visão de que a educação é fator primordial para o desenvolvimento de uma sociedade, pois promove a dignidade humana do sujeito.

Assim, se faz necessário que as IES sejam um espaço capaz de integrar e promover as diversidades para que a pluralidade intelectual e cultural seja regra e não apenas um sonho no Brasil. Quanto a isso, requer lembrar que o ambiente acadêmico é capaz de desconstruir preconceitos e fomentar a dignidade da pessoa humana, colaborando assim com Agostini (2018) ao afirmar que “a educação, toda perpassada pelo processo de conscientização, liberta o homem e promove sua capacidade crítica, possibilitando a sua humanização como ser que cria, opta e decide” (p.200).

É indispensável, porém, uma ampla conscientização da própria sociedade e das lideranças políticas de maior expressão acerca da absoluta necessidade de se eliminar ou de se reduzir a disparidade existente na sociedade.

As ações afirmativas, mecanismo jurídico concebido com vistas a quebrar essa dinâmica perversa, não podem sofrer o influxo de forças contrapostas e atraindo considerável resistência, sobretudo da parte daqueles que historicamente se beneficiaram da exclusão dos grupos socialmente fragilizados. Nesta alusão, Nascimento (2016) enfatizar que “o uso desse instrumento pode ser considerado transitório, esperando o processo de amadurecimento da sociedade no sentido da construção de sua democracia e plena cidadania” (p.44).

Essas ações se justificam com o argumento de que esse tipo de política social seria apta a atingir uma série de objetivos que restariam normalmente inalcançados caso a estratégia de combate à discriminação se limitasse à adoção, no campo normativo, de regras meramente proibitivas de discriminação.

Logo, o elemento propulsor dessas transformações seria, assim, o caráter de exemplaridade de que se revestem certas modalidades de ação afirmativa, ou seja, de um lado essas políticas simbolizariam o reconhecimento oficial da persistência e da perenidade das práticas discriminatórias e da necessidade de sua eliminação. De outro, elas teriam também por meta atingir objetivos de natureza cultural, eis que delas inevitavelmente resultam a trivialização, a banalização, na polis, da necessidade e da utilidade de políticas públicas voltadas à implantação do pluralismo e da diversidade.

3. AS POLÍTICAS DE CUNHO AFIRMATIVAS

O presente tópico faz alusão sobre as políticas públicas de cunho afirmativas, apresentando assim sua contextualização deste das lutas sociais para a efetivação da igualdade. Mediante isto, mais a frente se faz uma abordagem das políticas públicas a partir da década de 90, e por fim a implementação de tais medidas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

3.1 Contextualizações das medidas afirmativas

Inicialmente, tais ações eram definidas apenas como um mero empurrãozinho por parte do Estado para que as pessoas com poder de decisão nas áreas pública e privada pudessem ter um olhar mais sensível relativo a temas passíveis de grande discussão como o acesso à educação e ao mercado de trabalho. Quando se aborda as questões relacionadas as ações afirmativas, é importante considerar a definição de Haas e Linhares (2012), visto que autores as definem com “instrumentos de concretização de igualdade material, portanto, dão preferência a segmentos sociais marginalizados no acesso aos direitos sociais, sobretudo à educação e ao trabalho” (p.93).

Estes atores até então eram tidos como formalmente irrelevantes pela grande maioria dos responsáveis políticos e empresariais, quais sejam, a raça, a cor, o sexo e a origem nacional das pessoas. Esse encorajamento surge a fim de se ver tais ideais nas decisões das escolas e empresas quanto à reflexão em sua composição a representação de cada grupo na sociedade.

Nesse período também houve a vinculação entre ação afirmativa e o atingimento de certas metas estatísticas concernentes à presença de negros e mulheres num determinado setor do mercado de trabalho ou em ES (Nascimento, 2012).

Contudo, Bortolanza (2017) afirma que:

A implantação das instituições se deu de forma desigual desde sua origem, em detrimento as ineficiências e cunho político e interesses outros, proporcionaram limitações em sua expansão e na qualificação no atendimento pleno da população. Persiste na atualidade as consequências das

constantes reformas educacionais e de Leis sobre as atribuições à Educação Pública e ao Ensino Superior (p.8).

Assim, é evidente que tais medidas visam corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais relacionados ao ensino e ao emprego. Nesta direção, Teles (2015) colabora que “toda Ação Afirmativa deve ter um objetivo relevante para as sociedades e procurar promover a inclusão de grupos sociais marginalizados e, brutalmente, discriminados” (p.102).

O autor Teles (2015) reforça ainda que essas medidas “devem sempre se apresentar sobre um plano de temporalidade limitada” (p.102).

Para Gomes (2001, p.9):

[...] as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo e voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como a educação e o emprego.

Logo, segundo Neves (2016) essas medidas “tornaram mais do que uma concessão governamental no campo das políticas públicas universalistas, mas uma tentativa de sanar distorções historicamente construídas em torno da população brasileira afrodescendente, através de medidas compensatórias” (p.13).

Nesta linha de desigualdade, como expressado por Gisi et al. (2015):

A opção por políticas compensatórias e focalizadas, que buscam atender aos grupos sociais que historicamente não tiveram acesso à ES vem sendo uma medida de fundamental importância, por se constituir em uma possibilidade de contribuir com a diminuição das disparidades sociais, mas, além dessas iniciativas, é necessário medidas que atenda às necessidades da população e, especificamente, uma política educacional que priorize a educação em sua totalidade no país (p.128).

No Brasil, tais ações surgem da luta de movimentos estudantis, e movimentos negros brasileiros, que se consolidam no contexto das várias fases de luta em prol dos direitos dos afrodescendentes, as quais podem ser subdivididas em três momentos históricos.

O primeiro momento se deu entre 1870 a 1970, com o domínio do racismo científico baseado em teorias deterministas, além de políticas públicas, como a célebre política do

branqueamento. Até então, o movimento negro brasileiro se apresenta ainda pouco articulado e disperso, pode ser considerada uma fase inicial, onde ainda se tomava consciência dos direitos dos afrodescendentes.

Vale frisar ainda, que neste momento surgia a primeira Constituição, no ano de 1967, a partir de então o Brasil comprometeu-se a aplicar as ações afirmativas como forma de promoção da igualdade para inclusão de grupos étnicos historicamente excluídos do desenvolvimento social.

Ainda no cenário de luta, entre 1970 e 2000, correspondente ao segundo momento, marcado por determinados fatos histórico-sociais, com a Primeira Conferência Mundial, a instauração do Movimento Negro Unificado (1978), a Segunda Conferência Mundial contra o Racismo (1983) e a promulgação da Constituição Federal Brasileira (1988). Em vista do resultado da publicação da CF/1988, se consolidou o princípio da igualdade perante a lei, logo os movimentos passaram a ter mais organização, e maiores reivindicação dos direitos dos afrodescendentes.

A partir dos anos 2000, ocorrem as verdadeiras mudanças, caracterizado o terceiro momento, onde ocorre a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância (2001). Tais viés buscavam pela efetivação dos direitos já conquistados. Dentre os mais polêmicos temas correlacionados, destacam-se as modalidades de ações afirmativas, e o sistema de cotas, devido a já falada questão da meritocracia.

Tais perspectivas decorrentes dos processos de reestruturação e manutenção do sistema capitalista mundial, consequência da internacionalização e globalização da economia e da proposição de medidas de ajustamento econômico e político, favoreceram as relações de mercado, enquanto a população tinha suas necessidades básicas, entre as quais a educação, exprimidas minimamente pelo Estado em um discurso de promoção e igualdade social.

Este mesmo discurso de superação das injustiças sociais, na prática era o inverso, e atualmente este dualismo entre utopia e realidade continua a se perpetuar, e revela o real objetivo desta reforma como afirma Messoria (2017):

Aos pobres é destinado um ensino primário e profissionalizante, de maneira precária e acelerada, para o mercado de trabalho que necessita de mão de obra barata; aos ricos é oferecida a educação secundária e o ES, permitindo-lhes uma melhor preparação para alçar cargos que necessitam de profissionais mais qualificados (p.305).

O tema é de transcendental importância para o país e para o Direito nacional, primeiro, por ser diretamente voltado para aquele que é o mais grave de todos os problemas sociais brasileiros, o que está na raiz das mazelas, ou seja, os diversos mecanismos pelos quais, ao longo da trajetória a história, a sociedade brasileira fez uso, dando origem as mais variadas formas de discriminação, exclusão e alijamento dos negros que fizeram parte de um processo produtivo consequente e da vida social digna.

Tais momentos históricos, segundo Andrade (2015) tiveram como foco a justiça social, onde “algumas instituições universitárias de prestígio começam, no início deste milênio, a implementar políticas de ação afirmativa que visam permitir a acessibilidade e a permanência de negros em seus cursos de graduação” (p.15).

Mediante isto, deu-se o desenvolvimento de projetos com vista à reserva de vagas em instituições universitárias. Logo, a partir dos anos 2000 varias universidades começaram a reserva vagas para estudantes egressos de escolas públicas, para negros e para deficientes.

Dentre as IES públicas destaca-se a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) sendo a primeira a adotar ações afirmativas de caráter social e racial destinadas a estudantes egressos da rede pública de ensino, negros e pessoas com deficiência, tudo isso no ano de 2003, gerando muita polêmica e debates realizados entre a comunidade universitária e a comunidade externa. Ainda em 2003, a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UNEF) foi à segunda universidade a aderir a essa modalidade adequando-se à Legislação Estadual.

Essa realidade é vista como um atraso, um espaço vazio, uma lacuna na redemocratização do país, pois aspectos permanentes do indivíduo possivelmente influenciam nas oportunidades de trabalho, acesso ao ensino e na participação política.

Para Freire (2017, p. 33) “a essência das ações afirmativas e de proporcionar a igualdade efetiva na sociedade, levando-se em conta a pluralidade, a diversidade e a diferença existentes, procurando redistribuir os bens, vantagens e oportunidades”.

Neste âmbito as ações afirmativas se apresentam como uma tentativa governamental para suavizar uma realidade de diferenças de oportunidades dentro dos diferentes setores sociais. Todavia, Filipak e Pacheco (2017) relatam que “as políticas públicas educacionais devem garantir o acesso a uma educação de qualidade, que tenha relevância social, e que os estudantes tenham êxito na conclusão dos estudos” (p.1244).

Nesse sentido, essas ações recebem o nome de ação compensatória, reserva de vagas e política de cotas, estando presentes mais fortemente nos setores educacionais e no mercado de trabalho, na educação, é mais conhecida no ES através das cotas de acesso.

Nessa conjuntura as ações afirmativas possuem um impacto significativo para a realidade brasileira, do ES, tendo em vista que, por exemplo, na obrigatoriedade na reserva de vagas. Vale elencar que embora as ações reservassem um quantitativo mínimo, ainda assim constitui um avanço, tendo em vista que antes dessa ação a maioria das instituições não adotava qualquer política institucional voltada às minorias.

Mesmo diante do avanço positivo em termos do acesso ao ES, Filipak e Pacheco (2017) afirmam que se faz necessário um:

Forte investimento financeiro e cultural, no sentido de valorização da educação desde o nível básico, para que os estudantes possam chegar ao nível superior imbuídos de elementos culturais e intelectuais que propiciem o êxito em sua graduação e na profissão escolhida (p.1244).

Neste cenário, é nítido a grande resistência às ações afirmativas, justamente pelo fato da meritocracia, e que facilitar para um dos lados não seria justo. Portanto os desafios para a universalização do acesso à educação de nível no Brasil são grandes, pois chama a atenção à quantidade de jovens que ainda se encontra fora do universo escolar, constituindo um sistema ainda complexo de se analisar.

3. 2 A implantação das ações afirmativas na UFRJ

Como descendente direta dos cursos superiores do Brasil, foram instituídos em 7 de setembro de 1920 através do Decreto 14, cujo recebeu o nome de Universidade do Rio de Janeiro. Sua história, porém, é bem mais antiga e confunde-se com a própria história do desenvolvimento cultural, econômico e social brasileiro; muitos dos seus cursos vêm da época da implantação do ensino de nível superior no país.

No começo, ela fundia a Escola Politécnica, que era oriunda da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, a Faculdade Nacional de Medicina, e a Faculdade Nacional de Direito. A essas unidades iniciais, progressivamente foram-se somando outras, como a Escola Nacional de Belas Artes, a Faculdade Nacional de Filosofia.

Com isso, a Universidade passou a representar um papel fundamental na implantação do ensino de nível superior no país, visto que diante da visão dos autores Filipak e Pacheco (2017) “as universidades são, em primeiro lugar, um espaço de troca de conhecimentos e construção de valores, no qual a democracia é o marco zero para a construção de uma sociedade justa e participativa” (p.1244).

Atualmente a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), também denominada Universidade do Brasil, é uma universidade federal, e um centro de excelência em ensino e pesquisa no país e na América Latina, com reconhecimento nacional em termos de produção científica, artística e cultural.

A UFRJ é a primeira instituição oficial de ES do Brasil, com atividades ininterruptas desde 1792, com a fundação da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, da qual descende a atual Escola Politécnica. Logo, por ser a primeira IFES criada no país em 1920, serviu como modelo para as instituições futuras.

Em relação às ações de cunho afirmativas, há de se esclarecer que na UFRJ o ato de implementação de tais modalidades foi considerado tardio, visto que segundo Paixão (2015) “a reserva de vagas nos cursos de graduação enfrenta fortes resistências junto às classes médias e à elite socioeconômica brasileira. Entretanto, na UFRJ, tal reticência parecia ter se colocado com uma força especial” (p.15).

Tal visão condiz com a autora Tomaz (2017) no diz respeito o processo histórico das IES públicas:

É marcada pela elitização, ela se torna mais complexa porque a desigualdade acaba compondo-se com a discriminação, cuja especificidade atingiu e continua atingindo negros, índios, migrantes, deficientes, mulheres, pobres e outros grupos discriminados. Trata-se de uma herança histórica associada a formas específicas de colonização que potencializam a discriminação social (p.1).

Neste cenário, de acordo com Paixão (2015) eram comuns manifestações públicas contrárias à ação afirmativa, assim como a postura da sociedade em geral nos relatos feitos pela mídia tradicional, especialmente a adoção da ação afirmativa no que dizia respeito aos afrodescendentes.

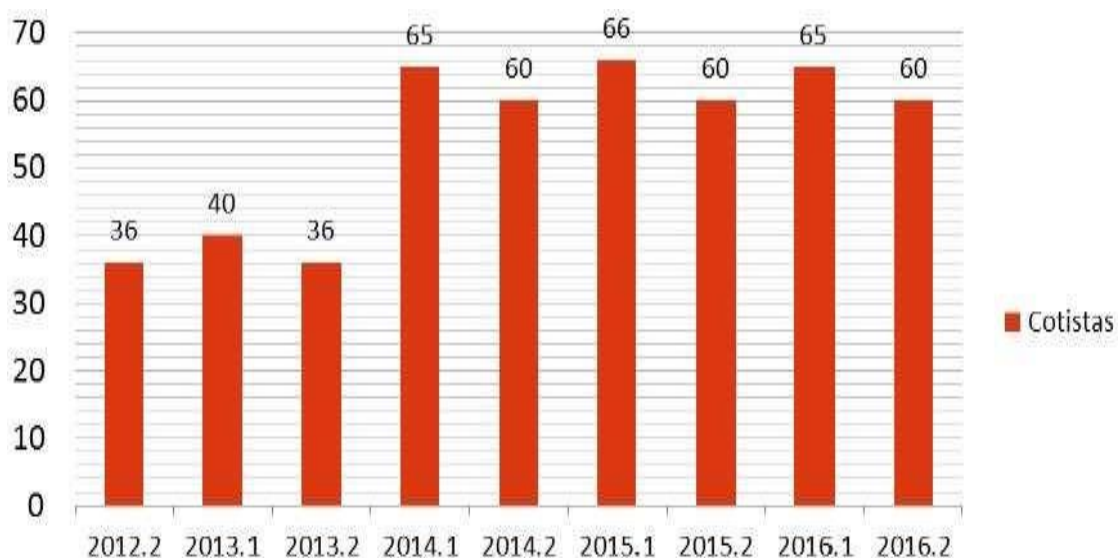
É válido destacar que mesmo após implementação da Lei de cotas na Universidade não houve grandes mudanças no corpo da comunidade. Evidenciando, uma resistência por

parte da comunidade acadêmica em geral, pois os alunos cotistas em geral, não são vistos, e muitas vezes ignorados.

Como elencado anteriormente, o processo de mudança na UFRJ não foi fácil, haja visto que as ações de reservas de vagas não eram vistas com bons olhos pela comunidade acadêmica. Contudo, a partir da Lei 12.711/2012 a universidade vem alterando o processo de seleção, condizendo assim com Santos (2015) o qual afirma que nos últimos anos, a UFRJ vem promovendo contínuas e grandes mudanças que impactaram, diretamente, seus cursos de graduação.

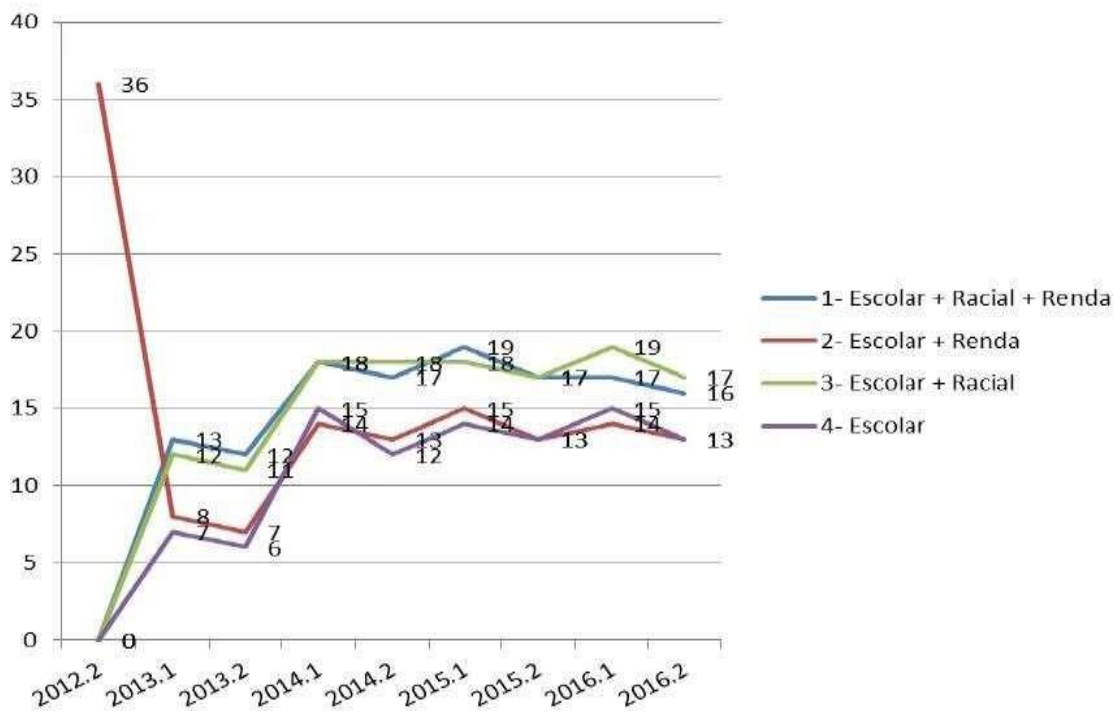
A Figura a seguir apresenta a evolução no quantitativo de alunos ingressantes como cotistas na UFRJ, revelando que desde de 2012 o número vem mantendo índices de grande significância, como mostra a Figura 11.

Figura 51. Índice de alunos cotistas na UFRJ.



Fonte: Recuperado de <http://hdl.handle.net/11422/3850>.

Adiante, a autora Tomaz (2017) apresenta de maneira clara o critério de ingresso dos alunos no mesmo período de 2012.2 a 2016.2, apontando o quantitativo de ingressantes por critério, escolar + renda, racial + escolar, e racial + escolar + renda, vê Figura 12.

Figura 62. Relação dos critérios de ingresso dos alunos cotistas.

Fonte: Recuperado de <http://hdl.handle.net/11422/3850>.

Com os dados apresentados acima, é evidenciado a o ponto positivo com as mudanças realizadas pela instituição. Além disso, ainda de acordo com Tomaz (2017) “tal mudança de critério revela o importante papel do debate sobre a questão racial e sua propagação na sociedade” (p.38).

Sob tal ótica, apesar das reservas de vagas, já se desenvolvia a ideia de ingresso de alunos com perfil socioeconômico característico de vulnerabilidade. Para Santos (2015) a mera aplicação da Lei já evidenciaria mudanças significativas no perfil dos ingressantes na UFRJ, releva ainda que tal modificação se torna questão essencial para planejar estratégias eficazes acerca da missão da UFRJ.

Adiante, a UFRJ, também programou bolsas assistenciais direcionadas a todos os alunos que ingressaram pelas vagas reservadas, a fim de oferecer condições de permanência aos acadêmicos até o final do primeiro ano de ingresso. Contudo em decorrência do número insuficiente de bolsas reservadas muitos acadêmicos permanecem sem auxílio, o que é um dos motivos para evasão e retenção nos anos posteriores.

Em relação à evasão dos alunos, de acordo com Guedes e Moreira (2018) a evasão de alunos é um fenômeno complexo e abrangente, que atinge todos os níveis de ensino (p.98).

A autora Lobo (2012) relata ainda que:

O abandono do aluno sem a finalização dos seus estudos representa uma perda social, de recursos e de tempo de todos os envolvidos no processo de ensino, pois perdem o aluno, seus professores, a instituição de ensino, o sistema de educação e toda a sociedade (ou seja, o país) (p.1).

Diante disso, Guedes e Moreira (2018) relatam que se faz necessário “que as IES têm de conhecer mais de perto quem são os seus estudantes e quais são as suas maiores dificuldades, bem como de identificar os motivos que os levam a evadirem” (p.98).

Nesta alusão, nos últimos anos a UFRJ vem aumentando o número de bolsas ofertadas aos discentes, visando diminuir a evasão de acadêmicos da universidade, porém não há a probabilidade de novas ações que também são necessárias para permanência dos alunos.

Há de se destacar que um dos grandes entraves para permanência do acadêmico na universidade está relacionado à questão da moradia, mesmo residência estudantil inaugurada há mais de 40 anos na UFRJ. Desta maneira, a UFRJ é um exemplo de cenário das múltiplas demandas colocadas pelo novo perfil de acadêmicos.

FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA

4. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Este capítulo tem como finalidade apresentar a trajetória percorrida durante a realização da pesquisa, bem como os conceitos a ela inerentes. Aqui, serão apresentados detalhadamente o tipo, o método e enfoque da pesquisa, assim como as técnicas e os procedimentos metodológicos apropriados a este estudo.

Toda pesquisa científica necessita de uma metodologia sistemática e organizada que possa corresponder aos procedimentos executados, de acordo com os objetivos propostos pelo investigador.

Segundo Campoy (2018, p. 31), a investigação científica é “um processo que busca informação fiel e relevante para entender, verificar, corrigir ou aplicar o conhecimento. Sua finalidade consiste em solucionar problemas científicos e se caracteriza por ser reflexiva, sistêmica e metódica”.

4.1 Problema da pesquisa

No Brasil, a conclusão da Educação Superior é um elemento chave para melhores condições sociais. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014) indivíduos com Ensino Superior completo obtêm rendimentos três vezes maior que o das pessoas que têm o nível médio, e seis vezes mais que aqueles sem instrução. Logo essa relação implica afirmar que a Educação Superior é condição para reduzir a desigualdade social.

Ainda segundo o IBGE (2014) “36,4% das vagas das universidades públicas foram preenchidas pela parcela mais rica da população brasileira, enquanto que a parcela mais pobre, ocupa apenas 7,6% das vagas”. Conforme Salata (2018, p.3) “conseguir ou não ter acesso ao Ensino Superior é, no Brasil, um elemento marcante no processo de reprodução das desigualdades”.

Esse cenário permite pensar na Educação Superior como um lugar de acesso e permanência limitados, e, o que as universidades estão efetivamente fazendo para permitir o acesso e permanência das classes menos favorecidas ao Ensino Superior, uma vez que mais de 70% dos alunos das universidades públicas são oriundos de famílias que se encontram entre os 20% mais ricos da população (IBGE, 2014). Porém as Universidades Públicas são financiadas pelos impostos que são pagos por toda a sociedade sem distinção, impostos estes pagos inclusive pelos pobres, o que permite dizer que no Brasil os pobres financiam a educação pública universitária dos ricos (Camargo y Ferman, 2004). Contudo as cotas para o Ensino Superior são uma realidade prevista no arcabouço jurídico brasileiro, expresso claramente nas leis - Lei 13.409/2016, Lei 12.711/2012, nas Portarias Normativas nº8, nº9, nº18 e nos Decretos Federais nº 7824/2012 e nº 9034/2017. Decretos Federais nº 7824/2012 e nº 9034/2017. Apesar de transcorrido oito anos da aprovação da Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas) que criou uma política de reserva de vagas para alunos de baixa renda em todo sistema de educação superior, alterando significativamente as políticas de ações afirmativas do país.

Quando se aborda as questões relacionadas as ações afirmativas, é importante considerar a definição de Haas e Linhares (2012), visto que autores as definem com “instrumentos de concretização de igualdade material, portanto, dão preferência a segmentos sociais marginalizados no acesso aos direitos sociais, sobretudo à educação e ao trabalho” (p.93).

As ações afirmativas na Faculdade de Odontologia da UFRJ, inicialmente foram propostas por movimentos sociais que lutavam pela inclusão de determinados segmentos da sociedade, que sempre foram historicamente excluídos. Em relação às ações de cunho afirmativas, há de se esclarecer que na UFRJ o ato de implementação de tais modalidade foi considerado tardio, visto que segundo Paixão (2015) “a reserva de vagas nos cursos de graduação enfrenta fortes resistências junto às classes médias e à elite socioeconômica brasileira. Entretanto, na UFRJ, tal reticência parecia ter se colocado com uma força especial” (p.15).

Diante do contexto supracitado, tem-se a principal questão de estudo da presente pesquisa: quais as ações afirmativas implementadas pela Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para a permanência dos alunos cotistas?

Segundo Gil (2017):

O problema é o ponto de partida de toda investigação. É provavelmente etapa mais importante do processo de investigação, já que implica vários passos inter-relacionados. O problema consiste em uma pergunta ou enunciado sobre

a realidade ou sobre qualquer situação que não se encontra uma solução satisfatória ou não dispomos de uma resposta adequada (p. 8).

4.2 Objetivos da pesquisa

Os objetivos da pesquisa têm a função de esclarecer, buscar, descobrir o que o pesquisador pretende desenvolver, desde a fundamentação teórica até aos resultados a serem alcançados.

Para Campoy (2019), os objetivos tem uma função orientadora, uma vez que norteiam toda a trajetória da pesquisa. Portanto, os objetivos são etapas que se constituem nas metas a serem alcançadas no desenvolvimento da pesquisa, aprofundando significativamente o conhecimento.

Na presente pesquisa, os objetivos da investigação são: objetivo geral e objetivos específicos.

4.2.1 Objetivo geral

Analisar as ações afirmativas implementadas pela Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

4.2.2 Objetivos específicos

- Identificar quais ações afirmativas são praticadas na Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Descrever a forma de delineamento, bem como para quais grupos elas se destinam.
- Determinar a eficiência das ações afirmativas para a permanência dos alunos cotistas.

Quadro 1. Perguntas e objetivos da pesquisa.

| | |
|---|--|
| OBJETIVO GERAL | Analisar as ações afirmativas implementadas pela Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. |
| OBJETIVOS ESPECÍFICOS | PERGUNTAS |
| Identificar quais ações afirmativas são praticadas na Faculdade de Odontologia da UFRJ. | 1- Quais são as ações afirmativas implementadas na Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro? |
| Descrever a forma de delineamento, bem como para quais grupos elas se destinam. | 1- Qual a necessidade para implementar essas ações afirmativas? 2- A que grupos elas se destinam? 3- Quais são os critérios para a avaliação destinadas ao grupo? |
| Determinar a eficiência das ações afirmativas para a permanência dos alunos cotistas. | 1- Quais são as contribuições das ações afirmativas para a permanência dos alunos cotistas no Curso de Odontologia? 2- Quais são os recursos financeiros e humanos disponíveis para que estas ações aconteçam? 3- Quais são as dificuldades encontradas no curso de Odontologia com relação a execução das ações afirmativas? 4- Como você avalia esta política de ações afirmativas da Faculdade de Odontologia da UFRJ? |

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

4.3 Decisões metodológicas: enfoque e desenho

Com o intuito de se chegar aos resultados propostos nos objetivos desta pesquisa, optou-se por um enfoque qualitativo, especialmente porque esse tipo de enfoque permite uma maior amplitude e clareza na interpretação de dados, além de focar na subjetividade dos

participantes, buscando esclarecer e analisar os fenômenos em seus contextos naturais referentes ao processo das ações afirmativas, destinadas aos alunos cotistas da Faculdade de Odontologia da UFRJ.

Segundo Sampieri, Collado e Lúcio (2013, p. 364) o enfoque qualitativo “busca compreender a perspectiva dos participantes (indivíduos ou pequenos grupos de pessoas a serem investigados) sobre os fenômenos que os cercam, aprofundar suas experiências, perspectivas, opiniões e significados”, ou seja, a maneira pela qual os participantes percebem sua realidade subjetivamente.

Nessa mesma perspectiva, Silveira e Córdova, (2009, p.32). Caracterizam a pesquisa qualitativa como:” hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global o local em determinado fenômeno; busca de resultados mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências”.

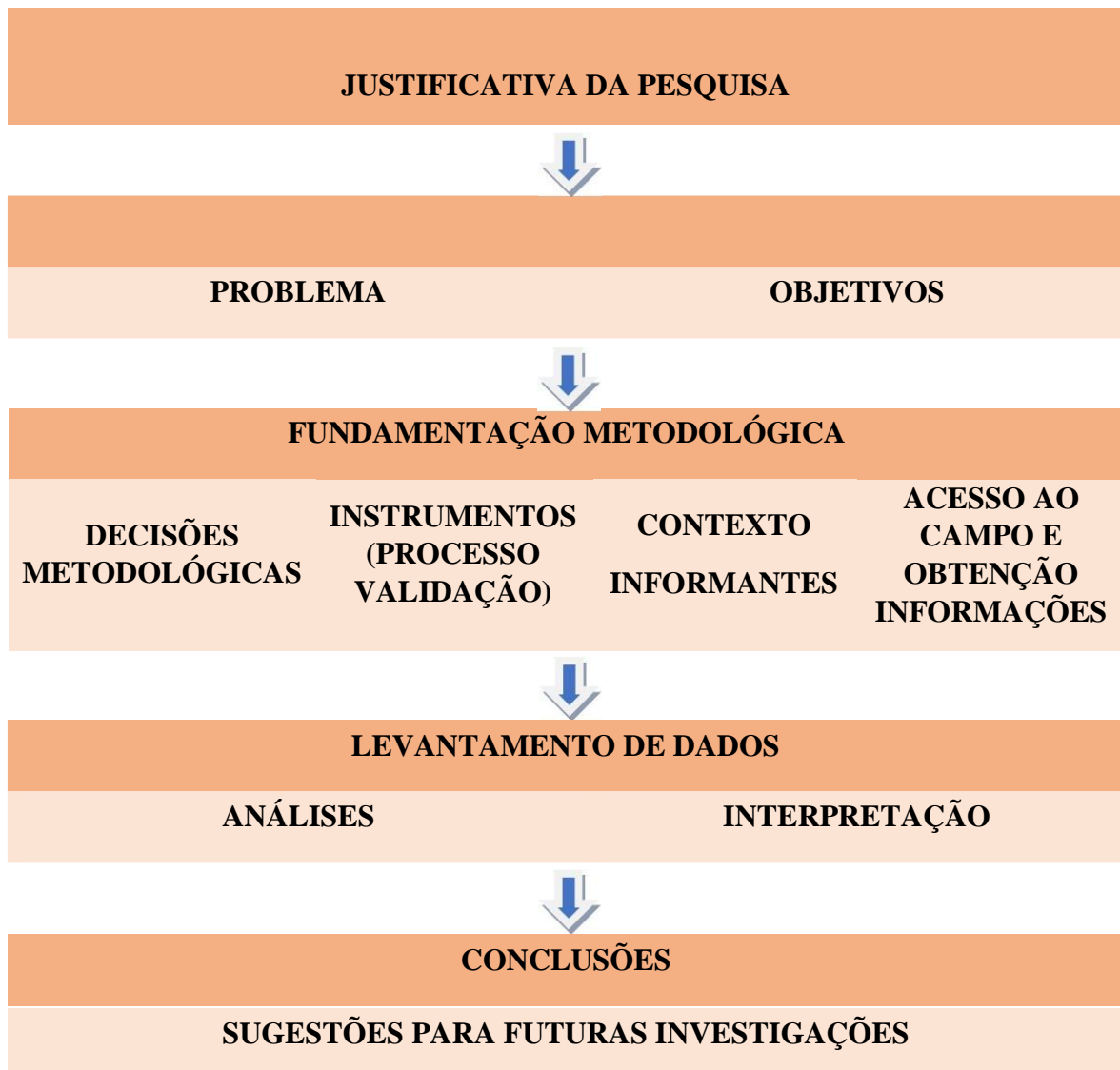
Trata-se então, de uma abordagem qualitativa, por se aprofundar na complexidade do fenômeno estudado, e propõe um contato direto e prolongado com o pesquisador, com o ambiente e com a situação, a qual foi investigada através da coleta de dados.

A pesquisa será não experimental, pois se trata de uma abordagem metodológica de investigação adequada quando o investigador procura construir o quadro de um fenômeno ou explorar acontecimentos, pessoas ou situações à medida que eles ocorrem naturalmente.

Para Sampieri, Collado e Lucio (2013, p.229) “a pesquisa não experimental é aquela que é feita sem manipular deliberadamente variáveis”. Portanto, trata-se de uma pesquisa em que não se varia intencionalmente as variáveis independentes. O que se faz na pesquisa não experimental é observar os fenômenos à medida que eles ocorrem em seu contexto natural e depois analisá-los.

Trata-se, também de uma pesquisa do tipo descritiva, cabendo ao pesquisador apenas retratar e interpretar a opinião dos participantes sobre o fenômeno das ações afirmativas implementadas pela Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Conforme Gil (2018, p. 51): “as pesquisas descritivas possuem como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência”. Logo, a abordagem da pesquisa descritiva corresponde a descrição do fenômeno em estudo, não cabe ao pesquisador explicá-lo, ou demonstrar algo, o objetivo principal foi apenas descrever a realidade relacionada.

Figura 13. Desenho da pesquisa.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

4.4 Contexto da pesquisa

O contexto dessa pesquisa está representado dentro do município do Rio de Janeiro, Capital do Estado do Rio de Janeiro - Brasil. Muitas vezes chamada apenas de Rio e conhecida por seus cidadãos como Cidade Maravilhosa, esta capital é a cidade brasileira mais conhecida fora do país e a maior rota de turismo internacional brasileiro. Parte da cidade foi tombada como patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO. O município é um grande centro econômico também, contendo o segundo maior PIB das cidades brasileiras.

Foi a capital do Brasil antes de Brasília, o nome da cidade se dá por conta da Baía de Guanabara, que foi descoberta por Gaspar de Lemos em janeiro de 1502.

Figura 14. Vista panorâmica da cidade do Rio de Janeiro.



Foto:<https://www.estadosecapitaisdobrasil.com/capital/rio-de-janeiro/>

A pesquisa foi realizada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Faculdade de Odontologia.

A UFRJ foi criada no dia 07 de setembro de 1920, através do Decreto nº 14/1920, com o nome de Universidade do Rio de Janeiro. Reorganizada em 1937, quando passou a se chamar Universidade do Brasil, tem a atual denominação desde 1965. A UFRJ é a primeira instituição oficial de ensino superior do Brasil, com atividades ininterruptas desde 1792, com a fundação da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, da qual descende a atual Escola Politécnica. Logo, por ser a primeira IFES criada no país em 1920, serviu como modelo para as instituições futuras.

Como descendente direta dos cursos superiores do Brasil, sua história, porém, é bem mais antiga e confunde-se com a própria história do desenvolvimento cultural, econômico e social brasileiro; muitos dos seus cursos vêm da época da implantação do ensino de nível superior no país. No começo, ela fundia a Escola Politécnica, que era oriunda da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, a Faculdade Nacional de Medicina, e

a Faculdade Nacional de Direito. A essas unidades iniciais, progressivamente foram-se somando outras, como a Escola Nacional de Belas Artes, a Faculdade Nacional de Filosofia.

Figura 15. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.



Fotos e referências: <https://ufrj.br/>

A UFRJ possui quatro campus: 1º. Cidade Universitária, localizado na Ilha do Fundão (razão pela qual é comumente chamado apenas de Fundão); 2º. Praia Vermelha, situado no tradicional bairro da Urca; 3º. Macaé, o mais novo campus, instalado na cidade de Macaé, a cerca de 185 km do Rio de Janeiro; 4º. Complexo Avançado de Xerém, na cidade de Duque Caxias. Há outros institutos, faculdades e unidades da UFRJ localizados fora dos campus, dentre os quais se destacam: o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, o Instituto de História, a Faculdade Nacional de Direito e a Escola de Música, todos situados no centro do Rio de Janeiro; o Museu Nacional e o Observatório do Valongo, ambos localizados no tradicional bairro de São Cristóvão; e o Colégio de Aplicação da UFRJ, na Lagoa Rodrigo de Freitas. Somadas, as instalações reúnem 45 bibliotecas (com mais de 3 milhões de volumes para consultas), centenas de laboratórios específicos para os cursos, complexo hospitalar com nove unidades, além de serviços como restaurantes universitários e alojamento estudantil.

O Curso de Odontologia foi criado em 25 de outubro de 1884 no Rio de Janeiro, por meio do Decreto n°. 9.311, anexo à Faculdade de Medicina. A criação da Faculdade de Odontologia da UFRJ, ou seja, a separação efetiva entre esta e a Faculdade de Medicina ocorreu em 28 de novembro de 1933, segundo o Decreto n°. 23.512, com Sede no Campus da Praia Vermelha. A transferência da Escola da Odontologia para a Ilha do Fundão – Cidade Universitária efetuou-se no ano de 1981, sua Sede atualmente.

Figura 16. Faculdade de Odontologia – UFRJ.



Foto e referências: <http://www.odontologia.ufrj.br/>

No presente momento, a Faculdade de Odontologia da UFRJ oferece o Curso de Graduação em Bacharel em Odontologia, cursos de extensão, especialização, mestrado, doutorado, técnico, bem como prestação de serviços odontológicos à comunidade, tais como: atendimento clínico e/ou cirúrgico, realização de exames complementares de radiografia e laboratoriais.

Figura 17. Aula prática no curso de odontologia



Foto e referências: <http://www.odontologia.ufrj.br/>

A Unidade é composta pela Direção e setores ligados a ela e por cinco departamentos: Patologia e Diagnóstico Oral; Odontologia Social e Preventiva; Odontopediatria e Ortodontia; Clínica Odontológica; e Prótese e Materiais Dentários. A Instituição conta com servidores, entre professores e técnicos administrativos, alunos de graduação e pós graduação. Desde a sua criação, a Faculdade vem desenvolvendo um importante trabalho de ensino, pesquisa e extensão, promovendo assistência às comunidades.

4.5 Participantes da pesquisa

A seleção dos participantes é uma etapa relevante de uma investigação. Portanto, é essencial a coerência entre a temática e os agentes participativos, pois os mesmos devem ser capazes de colaborar e oferecer respostas significativas para este estudo. Em relação a este tópico e mediante a contextualização da pesquisa, pode-se afirmar que se obteve um alcance positivo de participação.

Gil (2017, p. 121) afirma que “de modo geral, os levantamentos abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade”, portanto para dar mais realce e qualidade ao estudo é preciso traçar um meio que facilite a informação e que seja possível chegar a resultados sucintos para essa pesquisa. Para isso foi necessário delimitar os participantes dessa investigação.

Os participantes da pesquisa foram: os técnicos administrativos responsáveis pela execução das políticas afirmativas vigentes na Faculdade de Odontologia da UFRJ e os alunos Cotistas da Faculdade de Odontologia da UFRJ, que são beneficiados com as ações afirmativas destinadas para este curso.

Quadro 2. Participantes da pesquisa.

| TÉCNICOS ADMINSTRATIVOS | QUANTIDADE |
|--------------------------------|-------------------|
| Assistentes Sociais | 02 |
| Odontologistas (dentistas) | 02 |
| Docente (coordenadora) | 01 |
| ALUNOS | QUANTIDADE |
| Alunos cotistas | 10 |

Fonte: elaborado pela pesquisadora

O critério de seleção da amostra foi selecionado por conveniência, que de acordo com Campoy (2019, p. 89) “La selección de la muestra se hace de forma arbitraria, en función de los lementos que están más a su alcance (que sea más accesible)”, obedecendo ao critério de que no momento da realização da coleta de dados, estejam sendo beneficiados pela ação afirmativa.

4.6 Técnicas e instrumentos da coleta de dados

Para que essa pesquisa atenda prontamente a todos os objetivos propostos se recorreu as técnicas que possibilitaram analisar, interpretar e compreender o fenômeno das ações afirmativas implementadas pela Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Por sua vez, as técnicas necessitam estar coerentes e correspondentes ao método de estudo.

De acordo com Marconi & Lakatos (2018, p. 107), as técnicas de coleta de dados são “um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência; são, também, as habilidades para usar esses preceitos ou normas, na obtenção de seus propósitos”. Tais técnicas correspondem, portanto, a parte prática do conteúdo coletado.

Dentro dessa ótica, para atender a uma pesquisa qualitativa serão utilizados procedimentos compatíveis para a prática da coleta de dados, tornando-se elementos de fundamental importância para a pesquisa. Sendo assim, os dados desta pesquisa foram coletados por meio dos seguintes instrumentos:

a) Análise documental – serão analisados os documentos disponíveis na Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o objetivo de descrever a forma de delineamento das ações afirmativas, bem como para quais grupos eles se destinam (Apêndice 2).

Segundo Campoy (2019, 424) “El análisis documental es una técnica cualitativa de naturaleza semiótica y hermenéutica, que tiene por objetivo la recopilación de información”.

b) Entrevista – também será executada a entrevista estruturada com perguntas abertas com os técnicos administrativos responsáveis pela execução das políticas afirmativas vigente e com os alunos cotistas da Faculdade de Odontologia da UFRJ (Apêndice 3).

Conforme Campoy (2019, p. 352):

La entrevista es una técnica cualitativa, utilizada con mayor o menor profundidad, flexible y dinámica, que permite recoger una gran cantidad de información de una manera más próxima y directa entre el entrevistador y el entrevistado, en la que se pone de manifiesto las emociones, sentimientos y pensamientos.

Quadro 3. Técnicas relacionadas aos objetivos da pesquisa

| OBJETIVOS DA PESQUISA | TÉCNICA | FONTES DE INFORMAÇÃO |
|--|--------------------|--|
| Identificar quais ações afirmativas são implementadas na Faculdade de Odontologia da UFRJ. | Entrevista | Técnicos administrativos |
| Descrever a forma de delineamento, bem como para quais grupos eles se destinam. | Análise documental | Edital 2020.1 BIO FO-UFRJ e Declarações |
| Determinar a eficiência das ações afirmativas para a permanência dos alunos cotistas. | Entrevista | Técnicos administrativos e alunos cotistas |

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

4.7 Validação dos instrumentos da pesquisa

Para verificação da garantia e validade do conteúdo de um instrumento de pesquisa, solicita-se uma quantidade (quatro ou cinco) de professores da área disciplinar em que se situa a investigação, para fazerem apreciação sobre a pertinência das perguntas.

Segundo Campoy (2019, p. 96), “ respecto a la validez de las técnicas, se entiende que la validación es un proceso contínuo que incluye procedimientos diferentes para comprobar si un cuestionario mide lo que realmente dice medir”. Sendo assim, com a finalidade de verificar a adequação, clareza e coerência entre as questões elaboradas e os objetivos propostos a cada questão produzida.

Nesse sentido, para a validação dos instrumentos de coleta de dados foram construídos guias de entrevistas com questões elaboradas para os técnicos administrativos (Apendice 2) e para os alunos cotistas (Apêndice 3), sendo posteriormente encaminhado para análise de cinco doutores específicos da área em questão, para verificação sobre adequação e coerência entre as questões formuladas e os objetivos propostos na pesquisa.

Quadro 4. Expertos validadores

| NOME | FORMAÇÃO | ATIVIDADE DOCENTE |
|--------------------------------|---|--|
| Ednea Rodrigues de Albuquerque | Doutorado em Educação | Secretaria de Educação de Jaboatão – Rio Grande do Norte - Brasil |
| Ana Lúcia de Oliveira Aguiar | PH.D em Educação | Universidade do Rio Grande do Norte - Brasil |
| Sandra Maria Becker Tavares | Doutorado em Bioética | Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil |
| Rute Ramos da Silva Costa | Doutorado em Educação, Ciências e Saúde | Professora Assistente da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil |
| Gabriel Eduardo Schütz | Doutorado em Ciências da Saúde Pública | Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil |

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Apresenta-se a seguir os resultados dessa validação pelos expertos:

Mudanças de alguns pronomes de interrogação e pronomes oblíquos utilizados para elaboração das perguntas no guia de entrevista.

Todas as perguntas foram mantidas como planejadas desde o início, pois se apresentava de acordo com os critérios estabelecidos para validação dos instrumentos.

4.8 Procedimentos para a coleta de dados

Os procedimentos para a coleta de dados serão as etapas que o pesquisador desenvolverá para a obter as informações desejadas. Gil (2017, p. 52), ressalta que “é a maneira pela qual se obtêm os dados necessários”, ou seja, o passo a passo (caminho) que será estabelecido desde o início da pesquisa.

A princípio, foi realizado o primeiro contato com a Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, escolhida para o desenvolvimento da pesquisa, intitulada: “As ações afirmativas destinadas aos alunos cotistas da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro”, a partir de uma conversa formal com a diretora da Faculdade de Odontologia, com os técnicos administrativos e com a coordenadora-docente.

Nesse primeiro momento, foram apresentados a solicitação formal da investigação (Apêndice 1) a diretora da Faculdade. A mesma exigiu que a pesquisa fosse avaliada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do HUCFF/UFRJ (Anexo 1). Foram apresentados também os propósitos e os objetivos da pesquisa, enfatizando a importância do desenvolvimento do trabalho.

Mediante a confirmação positiva do instrumento elaborado, iniciou-se a coleta de dados, realizando as análises de documentos (Anexo 2, 3, 4 e 5) que são usados na seleção com os alunos cotistas. Em seguida, foram realizadas as entrevistas com os participantes: técnicos administrativos: assistentes sociais, odontólogos, coordenadora - docente e alunos cotistas, mantendo o foco nas informações levantadas que possam contribuir para a análise e interpretação dos dados.

Portanto, as técnicas e os procedimentos expostos para a coleta de dados se ajustam aos objetivos geral e específicos da pesquisa, oferecendo suporte para analisar as informações com base nos dados coletados.

4.9 Técnicas de análise e interpretação de dados

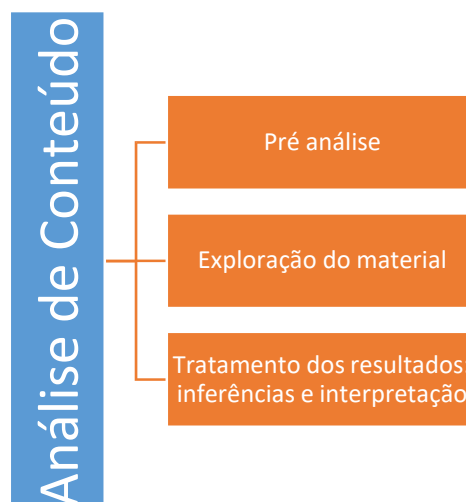
A análise e interpretação de dados consiste em examinar o material coletado, observando possíveis falhas, erros ou dúvidas para posterior exposição dos significados encontrados no decorrer da pesquisa. Neste estudo utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, desenvolvida em três fases: a organização dos dados coletados, a exploração do material e tratamento dos resultados.

Segundo Bardin (2011, p. 47) a técnica de análise de conteúdo é um:

Conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Ainda de acordo com Bardin (2011) a utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais, conforme o esquema apresentado na Figura 18: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação. Como se pode observar na figura a seguir.

Figura 18. Três fases da análise de conteúdo.



Fonte: Adaptado pela pesquisadora - Bardin (2011)

A fase da pré-análise, identifica-se como a fase de organização. Nela estabelece-se um roteiro de trabalho que deve ser preciso na investigação, ou seja o contato com os documentos e as entrevistas que serão submetidos à análise.

A segunda fase, chamada de exploração do material. Nesta fase são elaboradas as categorias que vão orientar a interpretação e análise dos dados.

Na terceira fase, serão tratados e analisados os resultados dos dados.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

5. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo tem como objetivo analisar e interpretar os resultados obtidos na investigação sobre as ações afirmativas destinadas aos alunos cotistas da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a partir dos instrumentos de coleta de dados como a análise documental e as entrevistas aplicadas aos técnicos administrativos: 2 assistentes sociais, 2 odontólogas, 1 coordenadora – docente e 10 alunos cotistas, embasados na Análise de Conteúdo apresentada por Bardin (2011).

Os dados foram divididos em categorias, onde se tornou possível reunir resultados sucintos e coesos com as perspectivas de responder aos objetivos e ao problema que nortearam a pesquisa. Sendo assim, para Bardin (2011, p.117) “as categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos”.

Portanto, expõem-se a seguir as categorias de análise deste estudo: 1ª. As ações afirmativas implementadas na Faculdade de Odontologia da UFRJ; 2ª. Delineamento das ações afirmativas e os grupos a que elas se destinam; 3ª. A eficiência das ações afirmativas para a permanência dos alunos cotistas.

5.1 As ações afirmativas implementadas na Faculdade de Odontologia da UFRJ

A abordagem desta categoria tem por objetivo identificar as ações afirmativas que são implementadas na Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Para responder a este objetivo, realizou-se entrevista com os técnicos administrativos que serão assim denominados em suas falas: Assistente social 1, Assistente social 2; Odontóloga 1, Odontóloga 2 e Coordenadora-docente.

Perguntou-se para os técnicos administrativos, quais são as ações afirmativas implementadas na Faculdade de Odontologia da UFRJ?

Assistente Social 1:

“Temos somente o Banco de Instrumentais Odontológicos, que ajuda os alunos em vulnerabilidade social e este é um projeto de grande importância para a permanência dos alunos”.

A resposta acima corrobora com o pensamento de Feghali (2017), ao enfatizar que “as ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de chances, fornecer a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão de correntes da insuficiência de condições financeiras” (p. 2).

Assistente Social 2:

“Que eu saiba é o Banco de Instrumentais Odontológicos - BIO, que assegura a permanência dos alunos e foi pensado para os alunos de ações afirmativas e para o empréstimo de material”.

Odontóloga 1:

“Atualmente, que seja do meu conhecimento, temos apenas uma ação afirmativa implantada na Faculdade de Odontologia da UFRJ, o projeto “Quero ser Cirurgião Dentista”, que resultou na criação do Banco de Instrumentais Odontológicos - BIO. Essa ação ajuda os alunos que possuem baixa renda”.

Quando se fala em ações afirmativas, é importante levar em consideração a definição de Haas y Linhares (2012), visto que os autores as definem com “instrumentos de concretização de igualdade material, portanto, dão preferência a segmentos sociais marginalizados no acesso aos direitos sociais, sobretudo à educação e ao trabalho” (p. 93).

Odontóloga 2:

“Acredito que apenas o projeto “Quero ser Cirurgião Dentista”, para o qual foi criado o Banco de Instrumentais Odontológicos - BIO”.

Coordenadora – Docente:

“Que eu tenha conhecimento, somente o Banco de Instrumentais Odontológicos - BIO , que foi criado através do projeto “Quero ser Cirurgião Dentista”. Motivado pela dificuldade do aluno em concluir a vida acadêmica, pelo número de evasão e retenção.”

Percebe-se que as respostas dos entrevistados deixam evidente que na Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro existe apenas uma ação afirmativa, denominada de Banco de Instrumentais Odontológicos – BIO, destinada aos alunos com vulnerabilidade social. Tal ação surgiu a partir do projeto intitulado “Quero ser cirurgião Dentista”.

Essas respostas corroboram com o pensamento de Gomes (2001, p.9) ao afirmar que [...] as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo e voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como a educação e o emprego.

Santos (2015) afirma que nos últimos anos, a UFRJ vem promovendo contínuas e grandes mudanças que impactaram, diretamente, seus cursos de graduação. E uma dessas grandes mudanças é a criação do Banco de Instrumentais Odontológicos que além de ser uma ação afirmativa, também é uma ação de aproveitamento de materiais.

5.2 Delineamento da ação afirmativa BIO e os grupos a que ela se destina

Nesta categoria analisou-se o Edital 2020.1 BIO FO-UFRJ (Anexo 3) com o objetivo de descrever a forma de delineamento da ação afirmativa BIO implementada na Faculdade de Odontologia; e analisou-se, também, os registros de matrícula dos alunos da Faculdade de Odontologia com o objetivo de descrever para quais grupos a ação afirmativa BIO se destina.

Como não houve autorização para escanear os registros de matrícula, a secretária da Coordenação de Ensino de Graduação e a Coordenadora do Banco de Instrumentais Odontológicos - Faculdade de Odontologia -UFRJ, forneceram Declarações (Anexo 2, 4 e 5) informando o número de alunos matriculados no curso em questão.

De acordo com a análise documental (anexo 2) a ação afirmativa denominada Banco de Instrumentais Odontológicos – BIO foi criada a partir do Projeto: “Quero ser Cirurgião-

Dentista”, no ano de 2017 com o propósito de atender os acadêmicos da Faculdade de Odontologia da UFRJ que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica. Tal ação afirmativa tem o objetivo de motivar a equidade, a inclusão, possibilitando a permanência do estudante na faculdade e a conclusão do curso de odontologia. Os ex-alunos, cirurgiões-dentistas e professores, por meio de doações de instrumentais e materiais, que mantém o BIO.

Nesta perspectiva, Magalhães e Menezes (2014, p. 67) afirmam que “a assistência estudantil é entendida como um conjunto de ações que visam apoiar a permanência do estudante na universidade para que possa realizar e concluir seu curso de graduação, deve estar articulada com o processo de ensino e ser parte do projeto educacional”.

Segundo a Declaração (Anexo 4), emitida pela Coordenação de Ensino de Graduação da Faculdade de Odontologia da UFRJ, estão matriculados regularmente no curso de Odontologia 366 alunos, sendo que deste total 169 alunos são cotistas.

De acordo com a Declaração (Anexo 5) emitida pela Coordenadora do Banco de Instrumentais Odontológicos-BIO FO-UFRJ, observa-se que o Banco de Instrumentais Odontológicos da Faculdade de Odontologia da UFRJ, atende, atualmente, 24 alunos do curso de graduação com empréstimo de instrumentais odontológicos, sendo dentre estes, 14 alunos cotistas e 10 alunos não cotistas.

Portanto, percebe-se que a ação afirmativa Banco de Instrumentais Odontológicos é destinada para alunos cotistas e não cotistas.

Neste âmbito, conforme o Edital 2020.1 BIO FO-UFRJ (Anexo 3) existem etapas para que os alunos possam participar da ação afirmativa BIO.

O aluno que vai participar pela primeira vez deve agendar sua entrevista no Serviço Social da Faculdade de Odontologia - UFRJ.

O mesmo pode ir pessoalmente ou marcar pelo telefone informado no edital.

No dia da entrevista, o estudante precisa comparecer com os documentos seguintes:

Carteira de identidade;

CPF;

Carteira de trabalho: página com foto e página de Admissão e Saída;

Comprovante de recebimento de Bolsa Família ou outro benefício;

Comprovante de renda de todos os trabalhadores da residência;

Comprovante de luz, ou telefone, ou água, ou condomínio, ou gás;

Comprovante de aluguel, ou financiamento de imóvel;

Estimativa de despesa com alimentação; Certidão de nascimento dos filhos dependentes;

Despesa com atividade física (escola / natação / balé / judô / ginastica);

Fatura de cartão de crédito caso tenha compra de alimentos ou despesas com remédios.

Após essa etapa, o acadêmico precisa agendar a separação dos seus instrumentais no BIO.

Ele pode agendar pessoalmente, pelo telefone ou pelo e-mail informado no edital. Caso o aluno utilize o email, deve colocar no assunto, em caixa alta, “PRIMEIRA VEZ BIO” e no corpo do e-mail seu nome completo, DRE, telefone, período e quais são os melhores dias e horários para a marcação. Na data marcada, o cursista deverá comparecer ao BIO, com a(s) lista(s) para as quais deseja solicitar material. O mesmo, não deve esquecer de riscar o(s) instrumental(is) que já possui. Observa-se a seguir nas figuras 19 e 20 alguns instrumentais odontológicos que o BIO empresta para os alunos.

Figura 19. Instrumentais odontológicos



Fonte: www.odontologia.ufrj.br

Figura 20. Instrumentais odontológicos

Fonte: www.odontologia.ufrj.br

O aluno que já participa da ação afirmativa Banco de Instrumentais Odontológicos, precisa comparecer ao BIO para devolver o(s) instrumental(is) que não irá precisar no semestre que está cursando, renovar os que já estão em sua posse e/ou solicitar um novo empréstimo. O mesmo deve agendar um horário, pessoalmente, pelo telefone ou pelo e-mail. Caso agende pelo email precisa colocar no assunto, em caixa alta, “RENOVAÇÃO” OU “DEVOLUÇÃO” e no corpo do e-mail seu nome completo, DRE, telefone, período e quais são os melhores dias e horários para marcação.

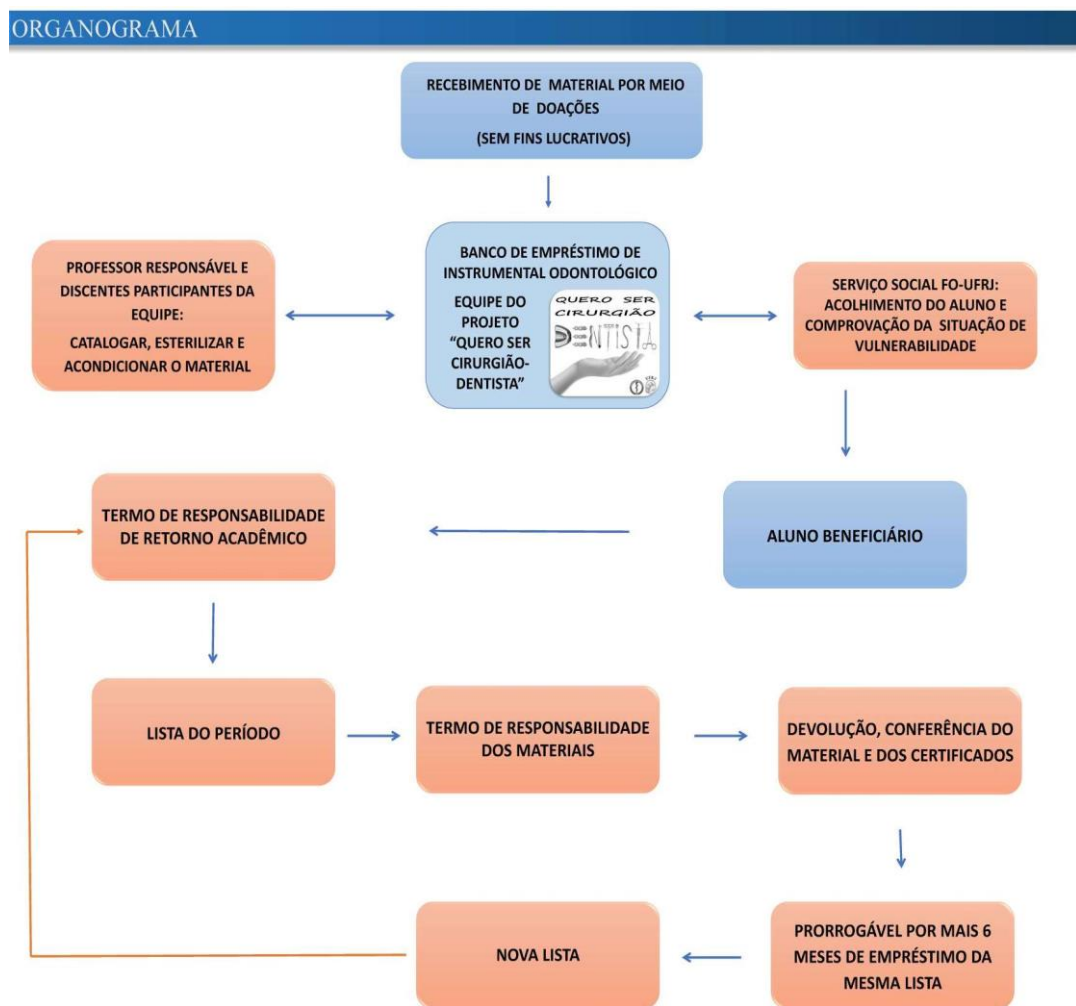
Se o cursista precisar retirar novos itens, deve levar, na data marcada, sua(s) lista(s) para as quais deseja solicitar material. Precisa levar, também, as cópias dos certificados de atividades acadêmicas desenvolvidas (trabalhos apresentados, monitorias, participação em eventos odontológicos, declaração de participação em iniciação científica).

Ainda de acordo com o Edital supracitado (Anexo 2), o BIO não possui todos os instrumentais e tem pouco material de consumo. No momento da retirada, o aluno deverá preencher um cadastro e o Termo de Responsabilidade.

No ato da devolução, para que novo empréstimo seja feito, é necessário que o acadêmico apresente declarações de atividades extracurriculares desenvolvidas no período do empréstimo (monitoria, IC, apresentação de trabalhos e/ou participação em eventos). O material deverá ser devolvido limpo e esterilizado.

Pode-se observar detalhadamente as etapas do BIO no organograma a seguir.

Figura 21. Organograma das etapas do BIO



Fonte: www.odontologia.ufrj.br

Para Freire (2017, p. 33) “a essência das ações afirmativas é de proporcionar a igualdade efetiva na sociedade, levando-se em conta a pluralidade, a diversidade e a diferença existentes, procurando redistribuir os bens, vantagens e oportunidades”.

5.3 A eficiência da ação afirmativa BIO para a permanência dos alunos cotistas.

Esta categoria tem por objetivo determinar a eficácia da ação afirmativa BIO para a permanência dos alunos cotistas na Faculdade de Odontologia da UFRJ. Foram entrevistados 10 alunos cotistas do curso de odontologia. Para se obter um resultado preciso subdividiu-se esta categoria em três subcategorias a seguir: 1ª. Dificuldades apresentadas pelos alunos cotistas; 2ª. Contribuição da ação afirmativa BIO e; 3ª. Avaliação dos alunos cotistas com relação a ação afirmativa BIO.

5.3.1 Dificuldades apresentadas pelos alunos cotistas

Perguntou-se para os alunos cotistas: quais as dificuldades encontradas no curso de odontologia?

Aluno cotista 1:

“ Acredito que seja a questão do preço dos materiais, tem semestre que os materiais que precisamos usar são muito caros”.

Aluno cotista 2:

“ Na maioria das vezes os alunos tem dificuldades com relação aos materiais e instrumentais odontológicos que são bem caros”.

Aluno cotista 3:

“ O alto custo dos materiais, sem dívidas. Tem material que é bem caro e a gente nem vai usar. Compramos muitos materiais descartáveis que sai do nosso bolso”.

Aluno cotista 4:

“ Acho eu que nem todos os alunos tem condições de comprar materiais. Eu por exemplo, peguei um instrumento porque o meu queimou, e eu não tenho como comprar outro. E se você não tiver o material, você não pode fazer a aula prática. Deixei de fazer algumas matérias por não ter condições financeiras de arcar com as despesas do curso”.

Aluno cotista 5:

“Quando chega no período de usar os materiais e os instrumentais odontológicos a coisa pega, pois são materiais muito caros e muitos alunos não tem a renda favorável”.

Aluno cotista 6:

“A principal dificuldade é a questão financeira porque o curso é muito caro. Eu não poderia fazer todas as disciplinas se não fosse essa ação”.

Aluno Cotista 7:

“A gente tem dificuldades em relação aos custos do curso que são bem elevados. Existe a questão de que é um curso majoritariamente frequentado por brancos. A gente não tem muita representatividade dentro do curso. A locomoção também é uma dificuldade”.

A resposta do aluno acima evidencia a afirmação de Barbosa (2015) ao ressaltar que mesmo com “as políticas de inclusão, como a política de cotas para negros, hoje a minoria dos estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica que conseguem ingressar na Universidade Federal, muitas vezes, não possuem condições de permanecer” (p. 41).

A assistência estudantil é de grande valia para muitos estudantes do país, principalmente devido à desigualdade existente até os dias de hoje.

Aluno cotista 8:

“As dificuldades são econômicas porque este curso é de tempo integral e os materiais utilizados no curso são bem caros”.

Aluno Cotista 9:

“O curso de odontologia se encontra em um dos mais caros no país para se realizar. Visto que nem todo aluno que entra no curso não possui a disponibilidade financeira ou recursos financeiros que possibilite a compra destes materiais, o aluno de ação afirmativa, é beneficiado por parte deste material (não todo pois o BIO vive por doação de materiais recebidos por dentistas formados, alunos, professores, etc) é providenciado e disponibilizado a esses alunos”.

Desta maneira, fica evidente na resposta do aluno cotista acima que o nível econômico influencia diretamente na educação do estudante, como descrito por Sguissardi (2015): “o acesso à educação superior dos jovens de metade da população brasileira, cujas famílias têm renda de até três salários mínimos (SM), não depende basicamente da vontade dos jovens em idade adequada ou de suas respectivas famílias, mas do nível socioeconômico destas” (p. 877).

Aluno cotista 10:

“No curso, não temos disponibilidade de materiais, e com a falta desses materiais não podemos cursar em tempo integral. É um curso que demanda muito da condição financeira do aluno”.

Verifica-se que no curso de odontologia que apesar da execução da ação afirmativa BIO, os acadêmicos apresentam dificuldades em continuar fazendo as disciplinas que acontecem em tempo integral, porque é uma graduação com o custo financeiro elevado e os alunos que se beneficiam desta ação, nem sempre conseguem adquirir todos os instrumentais odontológicos.

No que se refere a política de assistência estudantil, Dumaresq (2014) esclarece que:

Embora não se possa prescindir da questão financeira, a mesma deve ser trabalhada em consonância com os aspectos pedagógicos e psicossociais, ou seja, com suporte em políticas públicas de assistência estudantil não apenas voltada para a subsistência material, mas também preocupada com as questões emocionais, pensando a pessoa como um todo (p. 45).

Para Ramalho (2013) a “assistência estudantil constitui-se como a organização de serviços de apoio discente ou iniciativas que busquem democratizar a entrada ao ensino e favorecer a permanência do estudante no contexto escolar” (p. 23).

Logo, como mencionado por Dumaresq e Ramalho a assistência estudantil deve amparar-se nos aspectos que contribuem para o sucesso do aluno, são de grande importância para a sua permanência no ambiente acadêmico.

É válido destacar que mesmo após implementação da Lei de cotas na Universidade não houve grandes mudanças no corpo da comunidade. Evidenciando, uma resistência por parte da comunidade acadêmica em geral, pois os alunos cotistas em geral, não são vistos, e muitas vezes ignorados.

5.3.2 Contribuições da ação afirmativa BIO

Nesta subcategoria obteve-se as respostas do seguinte questionamento: quais as contribuições das ações afirmativas para a permanência dos alunos cotistas no curso de odontologia?

Aluno cotista 1:

“Acredito que a ação afirmativa BIO é muito importante porque dá mais tranquilidade aos alunos em relação a lista de materiais e ele consegue se dedicar mais aos estudos”.

Aluno cotista 2:

“A ação afirmativa BIO contribui para o aluno cotista, mas ela não é suficiente porque no banco só é disponibilizado para os alunos o material instrumental, e a gente que tem que comprar os descartáveis em grande quantidade. Então, au vejo que não é só essa ação que garante a permanência do aluno no curso”.

Aluno cotista 3:

“O BIO contribui em partes para a permanência do aluno no curso porque apesar de diminuir as despesas que temos com os instrumentais, ainda tem uma grande parte de material para a gente comprar. Como custa caro para eu adquirir esse material. Sem falar que no curso de odontologia existe a desigualdade, por ser um curso elitizado”.

Neste contexto de desigualdade, Theis (2013) realça que é preciso readequar o sistema educacional, pressupondo o ingresso dos leigos na sociedade do conhecimento, sendo assim se faz necessárias a criação e implantação de políticas de cunho afirmativa e democrática para proporcionar as mesmas condições a todos.

Aluno cotista 4:

“O BIO contribui com certeza para a nossa permanência no curso. Se aluno entrou com a cota de baixa renda é porque ele não tem condições de custear as despesas de um curso com um custo de material elevado. Graças ao BIO muitos conseguem terminar os estudos”.

Aluno cotista 5:

“A ação BIO tem ajudado muito, porque agora o aluno não tem desculpa de que não tem o material para fazer a disciplina. A criação deste banco estimulou o aluno a estudar”.

Aluno cotista 6:

“Acho que a ação BIO contribui em partes. Muitas pessoas que entram na universidade para o curso de odontologia não tem condições para arcar com as despesas. E que não tem acesso á informação com relação ao curso, pensa que o BIO vai custear todos os materiais do curso e não é bem assim. Dentro da área da saúde o curso de odontologia é o mais caro”.

Aluno cotista 7:

“Quando eu entrei para o curso de odontologia não existia essa ação do BIO. Hoje vejo que ela é muito importante para nos ajudarmos a continuar no curso até o final”.

Aluno cotista 8:

“A ação afirmativa contribui com boa parte dos alunos porque nem todo mundo consegue comprar o material que se precisa durante as disciplinas”.

Aluno cotista 9:

“O BIO contribui bastante. A minha permanência se deve ao BIO. Não teria condições financeiras de arcar nem com metade dos materiais e por conta do BIO, posso cursar as disciplinas. bem verdade que ainda tenho muito gasto, mas tento comprar somente o necessário e estamos aqui, perto de formar”.

Vale enfatizar que por mais que se tenha a utopia de igualdade de condições para o acesso e de permanência na educação superior, assim como nos demais níveis de educação vemos a desigualdade no país (Sguissardi, 2015). Sendo assim, os autores Martins y Lima (2014) a firmam que a acessibilidade ao ensino superior ainda é muito restringida, pois uma grande parcela de indivíduos não encontra condições de ingresso.

Aluno cotista 10:

“Com certeza essa ação contribui para os alunos permanecerem no curso. O que me proporcionou a continuar foi o BIO, porque eu tinha muitas dificuldades financeiras”.

Nota-se nas respostas dos entrevistados que a ação afirmativa Banco de Instrumentais Odontológicos contribui para permanência do aluno cotista na Faculdade de Odontologia. De acordo com o estudo de Rocha (2013) os alunos cotista que ingressaram no ensino superior, permaneciam nos curso devido a bolsa que recebiam e que ao término da bolsa os alunos se evadiam. Portanto, percebe-se que para que o acadêmico conclua a sua graduação de odontologia a universidade precisa investir na permanência do aluno.

5.3.3 Avaliação dos alunos cotistas em relação a ação afirmativa BIO

Nesta subcategoria indagou-se para os alunos cotistas a seguinte questão: como você avalia essa política de ação afirmativa?

Aluno cotista 1:

“Eu avalio como boa. No meu caso, precisei emprestar material só de uma matéria, e esse materiaisi se eu fosse comprar não teria como”.

Aluno 2:

“ Esta ação é fundamental, pois ela ajuda a realizar sonhos. Dependendo da minha condição financeira no momento, o meu sonho não seria realizado”.

Aluno 3:

“Acho que é um projeto muito bom, mas que ainda precisa melhorar porque o banco possui apenas alguns materiais , não possui todos que necessitamos. Acho que deveria ter recursos para custear esse materiais, pois o banco depende de doações”.

Aluno 4:

“A ação é muito boa e tem tudo para melhorar, basta a gestão querer”.

Aluno 5:

“Acredito que a ação afirmativa foi uma idéia muito boa e importante para os alunos”.

Aluno 6:

“A política em si é excelente. Mas poderia melhorar com relação ao envolvimento dos alunos, e a divulgação poderia ser um pouco mais intensa”.

Aluno 7:

“Essa ação afirmativa é muito boa porque ajuda muita gente”.

Aluno 8:

“Ideia boa, que não existia. É um projeto muito bom para ajudar os alunos com baixa renda”.

Aluno 9:

“Uma excelente iniciativa e olhar. A odontologia é hoje, ainda que um pouco destoante, reflexo da sociedade como um todo. Por muito tempo a Odonto foi vista como sendo um curso elitista, branco e que apenas quem tinha dinheiro poderia cursar. Hoje, temos uma barreira, pois muitos acreditavam que o lugar de preto/ pobre/ alunos de escola pública dentro da odonto era apenas como pacientes e isso tem mudado e é necessário que a UFRJ entenda isso como solução. Um corpo discente mais consciente de si e do papel que exerce no mundo, que tem um olhar amplo, que serve como exemplo para a sua comunidade. E essa política de ações afirmativas permite isso. É isso! Ainda que precise de muitos investimentos, o que temos hoje reflete positivamente na vida de muitos alunos, na minha inclusive”.

A resposta da aluna cotista acima condiz com a autora Tomaz (2017) no que diz respeito o processo histórico das IES públicas:

É marcada pela elitização, ela se torna mais complexa porque a desigualdade acaba compondo-se com a discriminação, cuja especificidade atingiu e continua atingindo negros, índios, migrantes, deficientes, mulheres, pobres e outros grupos discriminados. Trata-se de uma herança histórica associada a formas específicas de colonização que potencializam a discriminação social (p.1).

Logo, fica nítido a elitização na estrutura brasileira, não somente na educação como também nos demais setores, essa elite acaba por discriminar os menos favorecidos. Por conta disso, obviamente as políticas afirmativas criadas e desenvolvidas nos últimos anos acabaram por promover uma sociedade mais justa e igualitária.

Aluno cotista 10:

“Essa ação é importante porque dá tranquilidade para os alunos em relação a lista de materiais”. Percebe-se na fala deste aluno que ao conseguir os materiais da lista, ele fica aliviado para cursar a disciplina”.

As respostas acima evidenciam a importância da ação afirmativa BIO na vida acadêmica dos alunos. Que essa ação ajuda bastante, porém precisa melhorar, pois o banco de instrumentais precisa de recursos para adquirir mais materiais e instrumentais odontológicos e assim atender a maioria dos alunos que depende do BIO.

Para Pereira (2015, p.33) “as ações afirmativas fornecem meios de estender a igualdade de oportunidades, auxiliando o Estado a ter uma postura na melhoria das condições da população excluída”.

Sendo assim tal processo se constitui como um cenário de luta e de desafio para a sociedade acadêmica, refletindo em diversos movimentos sociais, visando que a assistência ao estudante se constitua enquanto direito, e enquanto política pública, de modo que, em conjunto a ampliação aja a garantia das condições de permanecer na academia (Silva, 2017).

Tais lutas buscam a universalização dos direitos estudantis, propondo-se a promover um ES que possibilite ao estudante tanto o seu desenvolvimento acadêmico quanto o social.

CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Neste capítulo será apresentado as conclusões definidas neste estudo. Em seguida, será exposto as propostas que foram sugeridas após a conclusão desta investigação. A intenção aqui é apenas contribuir para a melhoria da execução da ação afirmativa Banco de Instrumentais Odontológicos da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CONCLUSÕES

Como norteadores para responder o problema, os objetivos foram: identificar quais ações afirmativas são executadas na Faculdade de Odontologia da UFRJ; descrever a forma de delineamento das ações afirmativas, bem como para quais grupos elas se destinam e determinar a eficiência das ações afirmativas para a permanência dos alunos cotistas.

Em relação ao primeiro objetivo, constatou-se que na Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro existe apenas a ação afirmativa, denominada de Banco de Instrumentais Odontológicos – BIO, destinada aos alunos com vulnerabilidade socioeconômica. Tal ação surgiu a partir do projeto intitulado “Quero ser Cirurgião Dentista”, criado no ano de 2017 com o propósito de motivar a equidade, a inclusão, possibilitando a permanência do estudante na faculdade e a conclusão do curso de odontologia.

Com relação ao segundo objetivo aponta-se que o Banco de Instrumentais Odontológicos da Faculdade de Odontologia da UFRJ, atende, atualmente, 24 alunos do curso de graduação com empréstimo de instrumentais odontológicos, sendo dentre estes, 14 alunos cotistas e 10 alunos não cotistas. Portanto, percebe-se que a ação afirmativa Banco de Instrumentais Odontológicos é destinada para alunos cotistas e não cotistas. O BIO recebe materiais por meio de doações (sem fins lucrativos). Os integrantes que compõe o BIO são os mesmos técnicos que fazem parte do projeto “Quero ser Cirurgião Dentista”. Essa equipe tem a responsabilidade de catalogar, esterilizar e acondicionar o material odontológico. O serviço social da Faculdade de Odontologia – UFRJ faz o acolhimento do acadêmico e a comprovação da sua situação de vulnerabilidade socioeconômica. O aluno beneficiário,

assina o termo de responsabilidade de retorno acadêmico. Em seguida, recebe os instrumentos apresentados na lista do período vigente. Após a aquisição dos instrumentais odontológicos, os estudantes assinam o termo de responsabilidade dos materiais.

O aluno que vai participar pela primeira vez do BIO deve agendar sua entrevista no Serviço Social da Faculdade de Odontologia - UFRJ. No dia da entrevista, o estudante precisa comparecer com os documentos seguintes: Carteira de identidade; CPF; Carteira de trabalho: página com foto e página de Admissão e Saída; Comprovante de recebimento de Bolsa Família ou outro benefício; Comprovante de renda de todos os trabalhadores da residência; Comprovante de luz, ou telefone, ou água, ou condomínio, ou gás; Comprovante de aluguel, ou financiamento de imóvel; Estimativa de despesa com alimentação; Certidão de nascimento dos filhos dependentes; Despesa com atividade física (escola / natação / balé / judô / ginástica); Fatura de cartão de crédito caso tenha compra de alimentos ou despesas com remédios. Após essa etapa, o acadêmico precisa agendar a separação dos seus instrumentais no BIO, com a(s) lista(s) para as quais deseja solicitar material. O aluno que já participa da ação afirmativa Banco de Instrumentais Odontológicos, deve comparecer ao BIO para devolver o(s) instrumental(is) que não irá precisar no semestre que está cursando, renovar os que já estão em sua posse e/ou solicitar um novo empréstimo. Caso o cursista precisar retirar novos itens, deve levar, na data marcada, sua(s) lista(s) para as quais deseja solicitar material. Precisa levar, também, as cópias dos certificados de atividades acadêmicas desenvolvidas (trabalhos apresentados, monitorias, participação em eventos odontológicos, declaração de participação em iniciação científica).

Em relação ao terceiro objetivo, verificou-se que a ação afirmativa Banco de Instrumentais Odontológicos contribui para permanência do aluno cotista na Faculdade de Odontologia. Que essa ação ajuda bastante, porém precisa melhorar, pois o banco de instrumentais precisa de recursos para adquirir mais materiais e instrumentais odontológicos e assim atender a maioria dos alunos que depende do BIO.

SUGESTÕES

Através desse estudo foram evidenciadas várias situações que podem ser aprimoradas para que os alunos cotistas da Faculdade de Odontologia da UFRJ, tenham um desempenho acadêmico satisfatório e uma permanência de qualidade até finalização do curso. Segue algumas sugestões:

- A necessidade de estabelecer mais políticas de ações afirmativas que visam a reduzir a evasão dos alunos oriundos de cotas e dos alunos com vulnerabilidade socioeconômica.
- Criação de uma Bolsa Auxílio Especial para os alunos cotistas e não cotistas da Faculdade de Odontologia, que apresentem vulnerabilidade socioeconômica, para compra de materiais: instrumentais e descartáveis de uso odontológico.
- Que o Banco de Instrumentais Odontológicos - BIO da Faculdade de Odontologia da UFRJ, não sobreviva somente de doações de materiais, que haja também investimentos financeiros oriundo da Administração Central da UFRJ.
- Maior quantidade de instrumentais odontológicos no Banco de Instrumentais Odontológicos - BIO, para alcançar o maior número de alunos que necessitam do banco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, L., y Carvalho, J.R. (2014). *Análise do jogo induzido pelo mecanismo Sisu de alocação de estudantes em universidades*. In: Encontro Nacional de Economia, 42. p.9-12. Natal-RN. Trabalhos...Rio de Janeiro: ANPEC, 2014. Recuperado de <https://ideas.repec.org/p/anp/en2014/125.html>.
- Agostini, N. (2018). Conscientização e educação: ação e reflexão que transformam o mundo. *Proposições*. Vol.29, Núm.3, p.187-206. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072018000300187. DOI <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0105>.
- Andrade, A.M.J., y Teixeira, M.A.P. (2017). Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. *Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP*, Vol.22, Núm.2, p. 512-528. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772017000200512. DOI <https://doi.org/10.1590/s1414-40772017000200014>.
- Andrade, R. (2015). *Avaliação do processo de implementação de ações afirmativas na universidade Federal da Grande Dourados: o acesso da população negra no período de 2011 a 2013* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, Brasil. Recuperado de <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1539>.
- Bardin, L.(2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições.
- Borges, R.S. (2020). *Políticas públicas de acesso à educação superior: o sistema de seleção unificada na Universidade Federal de Uberlândia (2010-2019)* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/29283>. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.219>.
- Bortolanza, J. (2017). *Trajetória do ensino superior brasileiro – uma busca da origem até a atualidade*. XVII Colóquio internacional de gestão universitária: Universidade, desenvolvimento e futuro na sociedade do conhecimento, Mar de Prata, Argentina, XVII. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/181204?show=full>.
- Brasil. (2004). *Projeto de Lei nº 3.627/2004*. Institui Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial e Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências. Recuperado de <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=254614>.
- Brasil. (2007). *Decreto n. 6.096, de 24 de abril*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Diário Oficial [da]

União, Brasília. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>.

Brasil. (2010). *Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro*. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. Diário Oficial da União, Brasília, ano 147, n. 18, seção1. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/docman/janeiro-2010-pdf/2704-sisupportarianormativa2>.

Brasil. (2010). *Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010*. Recuperado de <https://portal.ifrn.edu.br/institucional/planejamento/arquivos/decreto-no-7-234-2010-dispoe-sobre-o-programa-nacional-de-assistencia-estudantil-pnaes>.

Brasil. (2012). *Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm.

Brasil. (2018). *Perguntas frequentes - Novo Enem*. Brasília, 2018. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33105>.

Brasil. (2018). *Censo da educação superior 2018: Notas estatísticas*. Recuperado de http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf.

Camargo, J.M., e Ferman, B. (2004). *Cotas e desigualdade*. São Paulo, Folha de São Paulo.

Camargo, R.B, Jacomini, M.A., y Gomes, M.O. (2016). Desafios da gestão democrática na educação pública: 20 anos de LDB/96. *Rev. Eletrônica Pesquiseduca*, Vol.08, Núm.16, p.380-393. Recuperado de <http://periodicos.unisantos.br/index.php/pesquiseduca/article/download/626/pdf>.

Campoy, A. T. J. (2019). *Metodología de la Investigación Científica. Manual para elaboración de Tesis y trabajos de Investigación*. Asunción, Paraguay: Marben.

Correio, L.C.A. (2018). Assistência estudantil na política de Educação Superior no Brasil. *Revista Brasileira de Ensino Superior*, Vol.4, Núm.2, p.1-12. Recuperado de <https://seer.imed.edu.br/index.php/REBES/article/view/2413/2300>.

Cunha, O.E. (2017). *Ações afirmativas: O princípio constitucional da igualdade e as cotas raciais* (Monografia de Graduação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/20204>.

Feghali, J. (2017). *Projeto de lei nº, de 2017*. Recuperado de https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=AEABDF3E3BBB6603CE04B6C52647153F.proposicoesWebExterno1?codteor=1603913&filename=Tramitacao-PL+8739/2017.

Freire, J. de A. (2017). Ações afirmativas no contexto das políticas neoliberais: a implantação do sistema de cotas na UFAM. Programa de Pós graduação em Serviço

Social e Sustentabilidade na amazônia. Recuperado de: <http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5982>.

- Filipak, S.T., y Pacheco, E.F.H. (2017). A democratização do acesso à educação superior no Brasil. *Rev. Diálogo Educ.* Vol.17, Núm.54, p. 1241-1268. Recuperado de <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/21946>. DOI <http://dx.doi.org/10.7213/1981-416X.17.054.DS09>.
- Gaia, E.S., y Gaydeczka, B. (2019). Evolução do ingresso nas universidades brasileiras. *Revista Triângulo.* Vol.12, Num.1, p.127-148. Recuperado de <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/3532>.
- Gil, A.C. (2017). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo. Ed. Atlas SA, 11^a ed. São Paulo: Atlas.
- Gisi, M.L., Hanhart, S., y Filipak, S.T. (2015). *As Políticas de Educação Superior e as Possibilidades da Democratização do Acesso*. In: Miguel, M. E. B., Ferreira, J. L. (OrgS.). *Formação de Professores: História, Políticas Educacionais e Práticas Pedagógicas*. 1. ed. Curitiba: Editora Appris, p.105-128.
- Gomes, J. B. (2001). A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro, p. 1-27. Recuperado de <http://adami.adv.br/artigos/19.pdf>. Acesso em 12/07/2020.
- Gómez, M.R. (2019). *Políticas de Permanência Estudantil na Educação Superior Contemporânea: A experiência da UTFPR – Câmpus Medianeira* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual Paulista. Marília, SP, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/191138>.
- Gonçalves, F.G., y Ramos, M. P. (2019). Sucesso no campo escolar: condicionantes para entrada na universidade no Brasil. *Educ. Soc., Campinas*, Vol.40, e0188393, p.1-22. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/es/v40/1678-4626-es-40-e0188393.pdf>.
- Guedes, E.S., y Moreira, L.P. (2018). Evasão no curso de pedagogia de uma Instituição Federal do Rio de Janeiro. Instrumento. *R. Est. Pesq. Educ., Juiz de Fora*, Vol.20, Núm.1 Recuperado de <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/19110/10119>.
- Guerrini, D., Piconi, L.B., Sturion, L., y Mata, E.A. (2018). Acesso e democratização do ensino superior com a Lei nº 12.711/2012: o câmpus de Londrina da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). *Rev. bras. Estud. Pedagógica.*, Vol.99, Núm.251, p.17-36. Recuperado de <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3316>.
- Gumiero, R.G. (2019). Avaliação da Expansão do REUNI UFGD no Mato Grosso do Sul. *Interações, Campo Grande*, Vol.20, Núm.4, p.989-1003. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122019000400989. DOI <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v20i4.2028>.
- Haas, C.M., y Linhares, M. (2012). Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil?. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*,

Vol.93, Núm.235, p.836-863. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2176-6812012000400015&script=sci_abstract&tlng=pt. DOI <https://doi.org/10.1590/S2176-66812012000400015>.

Imperatori, T.K. (2017). A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. *Serviço Social & Sociedade*, Núm.129, p.285-303. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282017000200285&script=sci_abstract&tlng=pt. DOI <https://doi.org/10.1590/0101-6628.109>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (2014). *Em nove anos, aumenta a escolaridade e o acesso ao ensino superior*. Recuperado de <http://www.agenciadenoticias.ibge.gov.br>.

Li, D.L. (2016). *O novo Enem e a plataforma Sisu: efeitos sobre a migração e a evasão estudantil* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-23112016-094256/publico/CorrigidaDenise.pdf>.

Lobo, M.B.C.M. (2012). *Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções*. 2012. Recuperado de https://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_087.pdf.

Luz, J.N.N., y Veloso, T.C.M.A. (2014). Sistema de seleção unificada (Sisu): refletindo sobre o processo de seleção. *Educação e Fronteiras*, Vol. 4, Núm. 10, p.68-83. Recuperado de <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/3649>.

Magalhães R. P. de; Menezes, S. C. de. (2014). Ação afirmativa na UFRJ: a implantação de uma política e os dilemas da permanência. O social em questão – *Revista do Programa de Pós Graduação de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC/RJ. Ano XVII – n° 32, p. 59-74*. Acesso em 01/06/2020.

Marconi, M. de A., Lakatos, E. M. (2018). *Metodologia do Trabalho Científico*. 8ª ed. São Paulo: Atlas.

Messoria, G.P.A. (2017). Resenha do livro “política educacional”. *Revista @ambienteeducação*. Vol.10, Núm.2, p.304-308. Recuperado de <http://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/download/92/84>.

Maquiné, G.O., y Azevedo, R.O.M. (2018). Competências da formação de professores: da LDB à BNCC. *Revista relações sociais*, Vol.01, Num.01, p.11-120. Recuperado de <https://periodicos.ufv.br/revs/article/view/3132>. DOI <https://doi.org/10.18540/revsvl1iss1pp0111-0120>.

Melero, C., Martins, C.B., Rossi, E., y Junkes, D. (2018). A lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, como política pública que favorece a busca da igualdade material. *Revista de Ciências da Administração*, Vol.20, Edição Especial, p.130-142. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2018V20nespp130>. DOI <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2018V20nespp130>.

- Melo, A.V., y Corrêa, A.M. (2020). Institutos Federais de Educação e políticas de ações afirmativas para negros e indígenas: Responsabilidades e compatibilidades. *Revista Ciências & Ideias*, Vol.11, Núm.1, p.93-107. Recuperado de <https://revistascientificas.ifrj.edu.br/revista/index.php/reci/article/view/1131>.
- Moreno, A.C. (2018). *Sisu cresce quatro vezes em sete anos e concentra quase metade das vagas públicas em universidades*. Recuperado de <https://g1.globo.com/educacao/noticia/sisu-cresce-quatro-vezes-em-sete-anos-e-concentra-quase-metade-das-vagas-publicas-em-universidades.ghtml>.
- Nascimento, A. (2012). *O movimento dos cursos pré-vestibulares para negros e a políticas de cotas nas instituições de ensino superior*. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, Vol.2, Num.1. Recuperado de http://uninomade.net/wp-content/files_mf/110510120527Os%20cursos%20prevestibulares%20para%20Negros%20-%20Alexandre%20do%20Nascimento.pdf.
- Nascimento, I.F. (2016). *Lei de cotas no ensino superior: desigualdades e democratização do acesso à universidade* (Dissertação de Mestrado). Universidade São Paulo. Americana, SP, Brasil. Recuperado de https://unisal.br/wp-content/uploads/2017/04/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Ilca-Freitas-Nascimento.pdf
- Neves, J.A.F. (2016). *O Colégio de Aplicação Coluni: política de ação afirmativa x excelência no ensino* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG, Brasil.
- Neves, C.E.B., Martins, C.B. (2016). *Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente*. In: Dwyer, T., Weller, E. L. Z. W., Shuguang, J., Kaiyuan, G. Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira. p.95-124. Recuperado de https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28162.
- Nogueira, C.M.M., Nonato, B.F., Ribeiro, G.M., y Flontino, S.R.D. (2017). Promessas e limites: o SiSU e sua implementação na Universidade Federal de Minas Gerais. *Educação em Revista/Belo Horizonte*. Vol.33. Num.02. p.61-90. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982017000100116&script=sci_abstract&tlng=pt. DOI <https://doi.org/10.1590/0102-4698161036>.
- Paixão, M. (2015). *Memórias de uma Luta inesquecível. As lutas pelas ações afirmativas na UFRJ, que serviram de farol a avanços que se espalharam pelas universidades Brasil afora*. A universidade do Brasil. Dossiê Afirmativo – Memória, Jornal da UFRJ. ANO 15, NÚMERO 1, 2015. p.14-19. Recuperado de http://adufrj.org.br/imagens/documentos/publicacoes/REVISTA_ADUFRJ_01_-_20.05.pdf.
- Paula, M.F.C. (2017). Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. *Avaliação, Campinas; Sorocaba*, Vol.22, Núm.2, p.301-315. Recuperado de <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414->

40772017000200301&script=sci_arttext. DOI <https://doi.org/10.1590/s1414-40772017000200002>.

Pereira, L. F. P. (2015). Ações Afirmativas na Educação Superior: análise de resultados de uma turma cotista de administração da UFES.

Recktenvald, M., Mattei, L., y Pereira, V.A. (2018). Avaliando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sob a ótica das epistemologias. *Avaliação, Campinas; Sorocaba*, Vol.23, Núm.02, p.405-423. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772018000200405&script=sci_abstract&tlng=pt. DOI <https://doi.org/10.1590/s1414-40772018000200008>.

Salata, A. (2018). Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: Redução nas desigualdades de acesso?. *Revista de sociologia da USP*, Vol.30, Núm.2, p.219-253. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-20702018000200219&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. DOI <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.125482>.

Sampieri, R. H.; Collado, C. F.; Lucio, P. B.; (2013). *Metodologia de Pesquisa*.5. ed. São Paulo: McGraw-Hill.

Santos, A.R. (2015). *Os (novos) sotaques da UFRJ*. As ações de inclusão e a democratização no acesso dos alunos mudam a cara da UFRJ. A universidade do Brasil. Dossiê Afirmativo. *Jornal da UFRJ*. ANO 15, NÚMERO 1, 2015. p.4 - 9. Recuperado de http://adufrj.org.br/images/documentos/publicacoes/REVISTA_ADUFJRJ_01_-_20.05.pdf.

Saviani, D. (2009). *Escola e Democracia-Comemorativa*. Autores Associados, Campinas. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462009000100012.

Silva, R.M.S., Amauro., N.Q., Souza, P.V.T., y Filho, G.R. (2017). Democratização do ensino superior: no contexto da educação brasileira. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Vol.12, Núm.1, p.294-312. Recuperado de <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8256>. DOI <https://doi.org/10.21723/riaee.v12.n1.8256>.

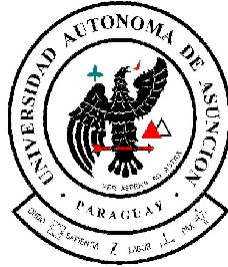
Silveira, F.L., Barbosa, A.M.C.B., y Silva, R. (2015). Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): Uma análise crítica. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, São Paulo, Vol.37, Num.1, p.1101-1105. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-11172015000101101. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/S1806-11173710001>.

Silveira, D.T., e Cordova, S.T (2009). *A Pesquisa Científica*. In T.E. Gerhardt & D.T. Silveira, D.T. *Métodos de pesquisa / [orgs] – UAB/UFRGS -SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS*

- Silveira, A.P. (2015). *REUNI: senta lá vem história. 1 recurso online* (p. 233) (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, Brasil. Recuperado de <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/254031>.
- Teles, T.R. (2015). Política de cotas do ensino superior brasileiro: uma análise percuciente in faciem do princípio constitucional da igualdade. *Iusgentium*, Vol.12, Núm.6, p.101-123. Recuperado de <https://www.uninter.com/iusgentium/index.php/iusgentium/article/view/175>.
- Tomaz, M.F. (2017). *A experiência das ações afirmativas na UFRJ* (Monografia de Graduação). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Recuperado de <http://hdl.handle.net/11422/3850>.
- Vieira, D.J. (2017). *Evolução do ensino superior brasileiro em período recente: novas perspectivas para o desenvolvimento regional?* In: Monteiro, A.; Castro, C. N.; BRANDÃO, C. A. (Org.). *Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas*. Brasília: IPEA, p.277-305. <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9032/1/Evolu%c3%a7%c3%a3o%20do%20ensino.pdf>.
- Vieira, O.V. (2013). *Direitos Fundamentais: uma leitura da jurisprudência do STF*. 2 ed./2017. São Paulo: Malheiros Editores, 614p.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y DE LA COMUNICACIÓN MAESTRIA EN CIÊNCIA DE LA EDUCACIÓN

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada **“AS AÇÕES AFIRMATIVAS DESTINADAS AOS ALUNOS COTISTAS DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ”**, conduzida por **Selma Ribeiro de Farias**. Este estudo tem por objetivo analisar as ações afirmativas implementadas pela Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro aos alunos cotistas.

Você foi selecionado(a) de forma aleatória independente do sexo e da idade. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo a pesquisa.

A pesquisa se realizará na **FACULDADE DE ODONTOLOGIA DA UFRJ**, situada na Cidade Universitária – Ilha do Fundão. Sua participação não será remunerada, como também não implicará em gastos financeiros para quem dela participar. Se porventura houver algum tipo de despesa pela sua participação, como por exemplo passagem, as mesmas poderão ser custeadas ou ressarcidas pela pesquisadora.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder questionários e entrevistas semi-estruturados, ou seja, com perguntas abertas e fechadas, que serão aplicados pela

pesquisadora, com tempo de duração de 1 (uma) hora, conforme o desenvolvimento de cada participante. Não haverá registro de vídeo ou imagens para o levantamento dos dados.

Os riscos provenientes da participação na pesquisa poderão estar relacionados ao constrangimento por terem seus dados pessoais acessados por terceiros, como também danos emocionais e sociais. A pesquisa será pautada nos princípios éticos da pesquisa científica nas ciências humanas e sociais, de modo a não expor nenhum dos participantes, mantendo-os em absoluto anonimato. Sua identidade será totalmente preservada, para tanto serão utilizados códigos para identificar os participantes, a fim de resguardá-lo de qualquer tipo de exposição ou represália. A análise dos dados não terá caráter avaliativo individual ou institucional. Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e somente serão divulgados na Dissertação de Mestrado da pesquisadora e em artigos científicos.

A pesquisadora, nas diferentes fases da pesquisa, proporcionará assistência imediata, bem como se responsabilizará pela assistência integral aos participantes da pesquisa no que se refere às complicações e danos decorrentes da pesquisa. Caso sobrevenha algum dano ao participante diretamente provocado por alguma das etapas da pesquisa, previsto ou não no presente Termo, o mesmo terá direito a indenizações legalmente estabelecidas, por parte da pesquisadora.

A pesquisadora responsável se compromete a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação dos indivíduos participantes. Os resultados da pesquisa ficarão à disposição do participante quando finalizada. Todo material e informações coletadas durante a pesquisa serão utilizados somente para a mesma e ficarão na posse da pesquisadora por período legal de cinco anos, sendo incinerados após 5 anos.

A sua participação na pesquisa visa demonstrar os benefícios provenientes das ações afirmativas implementadas pela Faculdade de Odontologia-UFRJ aos alunos cotistas.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, da pesquisadora responsável pela pesquisa. Seguem os telefones e o endereço pessoal da pesquisadora responsável, se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho – HUCFF/UFRJ, Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco, nº 255, 7º andar – Ala E, Cidade Universitária/Ilha do Fundão – RJ/RJ, ou pelo telefone 3938-2480, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 16:00h ou por meio do email: cep@hucff.ufrj.br . O Comitê de Ética em

Pesquisa é um órgão que controla as questões éticas das pesquisas na instituição e tem como uma das principais funções proteger os participantes da pesquisa de qualquer problema.

Contatos da pesquisadora responsável: **Selma Ribeiro de Farias, Servidora da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Prefeitura Universitária (Coordenação de Segurança) e Mestranda no curso em Ciências da Educação na Universidade Autônoma de Assunção – UAA – Paraguai. Email: selfarias@hotmail.com; Cel. (21) 99947-2586 Tel. Residência (21) 2709-5095.**

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar. Recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre Esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Nome do participante por extenso

Nome da pesquisadora por extenso

APÊNDICE 2 – GUIA DE ENTREVISTA PARA OS TÉCNICOS
ADMINISTRATIVOS DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DA UFRJ



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y DE LA COMUNICACIÓN
MAESTRIA EN CIÊNCIA DE LA EDUCACIÓN

GUIA DE ENTREVISTA – TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

Prezado (a) Técnico (a),

Este guia de entrevista é o instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é: **As ações afirmativas destinadas aos alunos cotistas**. Tendo como objetivo geral analisar as ações afirmativas implementadas pela Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NOME: _____

DATA: ___/___/ 2020

1. Quantas e quais são as ações afirmativas implementadas na Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro?
2. Qual a necessidade para implementar essas ações afirmativas?

3. Ocorre planejamento envolvendo as ações afirmativas? Por ser sim, de que forma?
4. Quais são os critérios para a execução dessas ações afirmativas?
5. Quais são os recursos financeiros e humanos disponíveis para que estas ações aconteçam?
6. Você conhece quais são as dificuldades encontradas no curso de Odontologia com relação a execução das ações afirmativas?
7. Você conhece quais são as contribuições das ações afirmativas para a permanência dos alunos cotistas no Curso de Odontologia?
8. Como você avalia esta política de ações afirmativas da Faculdade de Odontologia da UFRJ?

**APÊNDICE 3 – GUIA DE ENTREVISTA PARA OS ALUNOS COTISTAS DA
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DA UFRJ**



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS Y DE LA COMUNICACIÓN PROGRAMA DE
MAESTRIA EN CIÊNCIA DE LA EDUCACIÓN**

GUIA DE ENTREVISTA – ALUNOS

Prezado (a) Aluno (a),

Este guia de entrevista é o instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é: **As ações afirmativas destinadas aos alunos cotistas**. Tendo como objetivo geral analisar as ações afirmativas implementadas pela Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NOME: _____

DATA: ___/___/ 2020

- 1- Você conhece quais são ações afirmativas da Faculdade de Odontologia da UFRJ?
Se conhece, participa de alguma?
- 2- Você conhece quais são os critérios para a execução dessa (s) ação (s) afirmativa (s)?
- 3- A que necessidade dos (as) estudantes cotistas a (s) ação (ões) afirmativa (s) atende (em)?

- 4- Quais as dificuldades encontradas no curso de Odontologia para os alunos cotistas com relação as ações afirmativas?
- 5- A permanência dos (as) alunos (as) cotistas no Curso de Odontologia da UFRJ se deve à (s) ação (ões) afirmativa (s)? Justifique.
- 6- Como você avalia esta política de ações afirmativas da Faculdade de Odontologia da UFRJ?

ANEXOS

ANEXO 1 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UFRJ - HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO
FRAGA FILHO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO / HUCFF-
UFRJ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: As Ações Afirmativas destinadas aos Alunos Cotistas da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro -UFRJ.

Pesquisador: SELMA RIBEIRO DE FARIAS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 34257320.7.0000.5257

Instituição Proponente: Universidad Autónoma de Asunción

Patrocinador Principal: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.284.132

Apresentação do Projeto:

Protocolo 191-20. Respostas recebidas em 3.8.2020

As informações colocadas nos campos denominados "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo intitulado

"PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1573248.pdf", postado em 03/08/2020.

Introdução:

No Brasil, a conclusão da Educação Superior é um elemento chave para melhores condições sociais. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), (2014) indivíduos com Ensino Superior completo obtêm rendimentos três vezes maior que o das pessoas que têm o nível médio, e seis vezes mais que aqueles sem instrução. Logo essa relação implica afirmar que a Educação Superior é condição para reduzir a desigualdade social. Ainda segundo o IBGE (2014) "36,4% das vagas das universidades públicas foram preenchidas pela parcela mais rica da população brasileira, enquanto que a parcela mais pobre, ocupa apenas 7,6% das vagas". Conforme Salata (2018, p.3) "conseguir ou não ter acesso ao Ensino Superior é, no Brasil, um elemento marcante no processo de reprodução das desigualdades". Esse cenário permite pensar

Endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco Nº255, 7º andar, Ala E
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 21.941-913
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-2480 **Fax:** (21)3938-2481 **E-mail:** cep@hucff.ufrj.br

UFRJ - HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO
FRAGA FILHO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO / HUCFF-
UFRJ



Continuação do Parecer: 4.284.132

na Educação Superior como um lugar de acesso e permanência limitados, e, o que as universidades estão efetivamente fazendo para permitir o acesso e permanência das classes menos favorecidas ao Ensino Superior, uma vez que mais de 70% dos alunos das universidades públicas são oriundos de famílias que se encontram entre os 20% mais ricos da população (IBGE, 2014). Porém as Universidades Públicas são financiadas pelos impostos que são pagos por toda a sociedade sem distinção, impostos estes pagos inclusive pelos pobres, o que permite dizer que no Brasil os pobres financiam a educação pública universitária dos ricos (Camargo y Ferman, 2004). Contudo as cotas para o Ensino Superior são uma realidade prevista no arcabouço jurídico brasileiro, expresso claramente nas leis - Lei 13.409/2016, Lei 12.711/2012, nas Portarias Normativas nº8, nº9, nº18 e nos Decretos Federais nº 7824/2012 e nº 9034/2017. Frente a este cenário, que emerge a principal questão de Estudo da presente pesquisa: quais as ações afirmativas implementadas pela Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para o acesso e permanência dos alunos cotistas?

Hipótese:

Não se aplica.

Metodologia Proposta:

A pesquisa será não experimental em uma abordagem metodológica de investigação. Consiste em uma pesquisa explicativa, a qual ela é indicada porque visa identificar e verificar os fatores que causam ou que colaboram para a ocorrência dos fenômenos, tais como as ações afirmativas para a permanência dos alunos cotistas. É uma pesquisa de enfoque qualitativo, que busca compreender a perspectiva dos participantes.

Critério de Inclusão:

Estimativa: Alunos (30) - Docentes (10) - Técnicos Administrativos (10)

Critério de Exclusão:

Não se aplica.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Analisar as ações afirmativas implementadas pela Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco Nº255, 7º andar, Ala E
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 21.941-913
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-2480 **Fax:** (21)3938-2481 **E-mail:** cep@hucff.ufrj.br

UFRJ - HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO
FRAGA FILHO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO / HUCFF-
UFRJ



Continuação do Parecer: 4.284.132

Objetivo Secundário: 1. Descrever a forma de delineamento, bem como para quais grupos elas se destinam; 2. Identificar quais ações afirmativas são praticadas na Faculdade de Odontologia da UFRJ; 3. Determinar a eficiência das ações afirmativas para a permanência dos alunos cotistas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo a pesquisadora

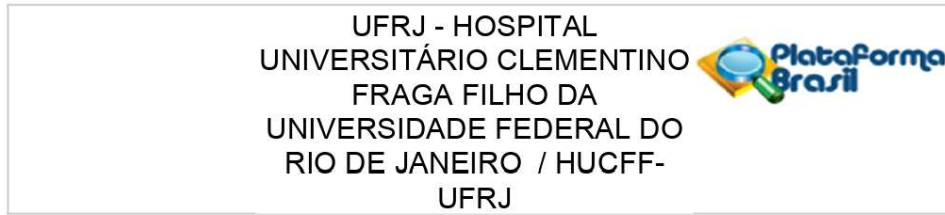
Riscos: Os riscos provenientes da pesquisa poderá estar relacionado a algum tipo de constrangimento por parte dos participantes de terem seus dados pessoais acessados, como também danos emocionais e sociais. A pesquisa será pautada nos princípios éticos da pesquisa científica nas ciências humanas e sociais, de modo a não expor nenhum dos participantes mantendo-os em absoluto anonimato. A identidade dos participantes será totalmente preservada, para tanto serão utilizados códigos para identificá-los a fim de resguardá-los de qualquer tipo de exposição ou represália. A análise dos dados não terá caráter avaliativo individual ou institucional. Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e somente serão divulgados na Dissertação de Mestrado da pesquisadora e em artigos científicos. A pesquisadora, nas diferentes fases da pesquisa, proporcionará assistência integral aos participantes da pesquisa no que se refere às complicações e danos decorrentes da pesquisa. Caso sobrevenha algum dano aos participantes diretamente provocado por alguma das etapas da pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, o mesmo terá direito a indenizações legalmente estabelecidas, por parte de pesquisadora.

Benefícios: A contribuição deste trabalho na área acadêmica servirá como indicador de qualificação profissional, na área econômica, servirá para mostrar o desenvolvimento econômico e social do país. Trazendo um país mais justo, igualitário, gerando a equidade, e a inclusão, e possibilitando aos alunos cotistas condições necessárias de permanência acadêmica até a conclusão do curso. Em se tratando de um curso o qual, a experiência nos diz ser prioritariamente, alvo de alunos oriundos das classes mais favorecidas, especialmente por envolver um custo financeiro alto em termos de materiais necessários para a realização do mesmo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de respostas às pendências emitidas no parecer n. 4.177.580, de 28/07/2020.

Endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco Nº255, 7º andar, Ala E
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 21.941-913
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-2480 **Fax:** (21)3938-2481 **E-mail:** cep@hucff.ufrj.br



Continuação do Parecer: 4.284.132

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Não se aplica.

Recomendações:

Não se aplica.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

1. Quanto ao currículo (arquivo intitulado "CURRICULUM.pdf", postado em 26/06/2020:

1.1 Lê-se na pág. 1 de 1: "[...] sob a orientação do Professor Doutor. Daniel González González -UAA. Solicita-se anexar o currículo do professor, bem como fazer constar seu nome na equipe de pesquisa na Plataforma Brasil (arquivo gerado Informações Básicas do Projeto).

Resposta: Comunico que foi anexado o currículo do Professor Doutor Daniel González González e a inclusão na equipe de pesquisa na Plataforma Brasil (arquivo gerado) Informações Básicas do Projeto, conforme o solicitado.

Análise: Pendência atendida.

2. Quanto ao Projeto Detalhado (arquivo intitulado "PROJETO.pdf", postado em 27/06/2020)

2.1 Para a apreciação ética, o arquivo precisa oferecer a opção "copiar e colar". Solicita-se adequação.

Resposta: Comunico que foi feita adequação oferecendo a opção "copiar e colar", e anexado à Plataforma Brasil.

Análise: Pendência atendida.

Considerações Finais a critério do CEP:

1. De acordo com o item X.1.3.b, da Resolução CNS n. 466/12, o pesquisador deverá apresentar relatórios semestrais - a contar da data de aprovação do protocolo - que permitam ao Cep acompanhar o desenvolvimento dos projetos. Esses relatórios devem ser assinados pelo

Endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco Nº255, 7º andar, Ala E
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 21.941-913
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-2480 **Fax:** (21)3938-2481 **E-mail:** cep@hucff.ufrj.br

UFRJ - HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO
FRAGA FILHO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO / HUCFF-
UFRJ



Continuação do Parecer: 4.284.132

pesquisador responsável e conter as informações detalhadas - naqueles itens aplicáveis - nos moldes do relatório final contido no Ofício Circular n. 062/2011:

<http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/arquivos/conep/relatorio_final_encerramento.pdf>, bem como deve haver menção ao período a que se referem. As informações contidas no relatório devem ater-se ao período correspondente e não a todo o período da pesquisa até aquele momento. Para cada relatório, deve haver uma notificação separada. A submissão deve ser como Notificação (consultar pág. 69 no arquivo intitulado "1 - Manual Pesquisador - Versão 3.2, disponível no endereço <http://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>. Anexar em arquivo com recurso "copiar e colar".

2. Eventuais emendas (modificações) ao protocolo devem ser apresentadas de forma clara e sucinta, identificando-se, por cor, negrito ou sublinhado, a parte do documento a ser modificada, isto é, além de apresentar o resumo das alterações, juntamente com a justificativa, é necessário destacá-las no decorrer do texto (item 2.2.1.H.1, da Norma Operacional CNS nº 001 de 2013).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|---|------------------------|-------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1573248.pdf | 03/08/2020 21:29:58 | | Aceito |
| Outros | CURRICULUM.docx | 03/08/2020 21:26:17 | SELMA RIBEIRO DE FARIAS | Aceito |
| Outros | Carta_Resposta.docx | 03/08/2020 20:32:04 | SELMA RIBEIRO DE FARIAS | Aceito |
| Outros | Carta_de_Apresentacao.docx | 03/08/2020 20:24:17 | SELMA RIBEIRO DE FARIAS | Aceito |
| Outros | Carta_de_Apresentacao.pdf | 03/08/2020 20:23:16 | SELMA RIBEIRO DE FARIAS | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | Projeto.docx | 03/08/2020 20:21:57 | SELMA RIBEIRO DE FARIAS | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura | PROJETO.pdf | 27/06/2020 20:59:33 | SELMA RIBEIRO DE FARIAS | Aceito |

Endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco Nº255, 7º andar, Ala E
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 21.941-913
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-2480 **Fax:** (21)3938-2481 **E-mail:** cep@hucff.ufrj.br

UFRJ - HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO
FRAGA FILHO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO / HUCFF-
UFRJ



Continuação do Parecer: 4.284.132

| | | | | |
|---|----------------------|------------------------|----------------------------|--------|
| Investigador | PROJETO.pdf | 27/06/2020 20:59:33 | SELMA RIBEIRO DE FARIAS | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE.pdf | 27/06/2020 11:31:28 | SELMA RIBEIRO DE FARIAS | Aceito |
| Outros | PESQUISADOR.docx | 27/06/2020 11:30:51 | SELMA RIBEIRO DE FARIAS | Aceito |
| Declaração de Pesquisadores | PESQUISADOR.pdf | 27/06/2020 11:30:23 | SELMA RIBEIRO DE FARIAS | Aceito |
| Outros | APRESENTACAO.docx | 26/06/2020 17:34:18 | SELMA RIBEIRO DE FARIAS | Aceito |
| Outros | APRESENTACAO.pdf | 26/06/2020 17:33:40 | SELMA RIBEIRO DE FARIAS | Aceito |
| Outros | CURRICULUM.pdf | 26/06/2020 15:42:00 | SELMA RIBEIRO DE FARIAS | Aceito |
| Outros | DECLARACAO.pdf | 26/06/2020 11:37:52 | SELMA RIBEIRO DE FARIAS | Aceito |
| Outros | APROVACAOPROJETO.pdf | 26/06/2020 11:35:21 | SELMA RIBEIRO DE FARIAS | Aceito |
| Outros | CONCORDANCIA.docx | 26/06/2020 11:30:16 | SELMA RIBEIRO DE FARIAS | Aceito |
| Declaração de concordância | CONCORDANCIA.pdf | 26/06/2020 11:24:11 | SELMA RIBEIRO DE FARIAS | Aceito |
| Orçamento | ORCAMENTO.pdf | 26/06/2020 11:19:15 | SELMA RIBEIRO DE FARIAS | Aceito |
| Folha de Rosto | FR.pdf | 26/06/2020 11:02:57 | SELMA RIBEIRO DE FARIAS | Aceito |
| Outros | folhaDeRosto.pdf | 24/06/2020 11:29:32 | SELMA RIBEIRO DE FARIAS | Aceito |
| Cronograma | CRONOGRAMA.pdf | 24/06/2020 09:44:56 | SELMA RIBEIRO DE FARIAS | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco Nº255, 7º andar, Ala E
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 21.941-913
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-2480 **Fax:** (21)3938-2481 **E-mail:** cep@hucff.ufrj.br

UFRJ - HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO
FRAGA FILHO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO / HUCFF-
UFRJ



Continuação do Parecer: 4.284.132

RIO DE JANEIRO, 17 de Setembro de 2020

Assinado por:
Carlos Alberto Guimarães
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco Nº255, 7º andar, Ala E
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 21.941-913
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-2480 **Fax:** (21)3938-2481 **E-mail:** cep@hucff.ufrj.br

ANEXO 2 – DECLARAÇÃO DO BIO FO – UFRJ



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Ciências da Saúde
Faculdade de Odontologia




Banco de Instrumentais Odontológicos

As atuais políticas de ingresso no ensino superior mudaram drasticamente o perfil do universitário das Instituições Federais de Ensino Superior. O curso de Odontologia demanda alto investimento financeiro dos alunos para compra de material e instrumentais odontológicos necessários para cursar suas disciplinas. Nesse panorama, uma parcela de alunos vem apresentando dificuldades econômicas para manter-se no curso, gerando aumento da evasão acadêmica, de trancamentos e do tempo de integralização do aluno.

Dessa forma, o projeto "Quero ser Cirurgião-Dentista" foi desenvolvido em 2017, tendo como um de seus pilares, a criação do Banco de Instrumentais Odontológicos, com a finalidade de atender os alunos da Faculdade de Odontologia da UFRJ com vulnerabilidade socioeconômica, por meio de empréstimo de instrumentais necessários para cursar as disciplinas obrigatórias do curso. Assim, o objetivo do projeto é gerar equidade, inclusão, possibilitar a permanência do aluno na Universidade e a concretização do seu sonho: ser cirurgião-dentista!

Rio de Janeiro, 07 de Outubro de 2020.


Profª Marcela Rodrigues Alves
Matrícula SIAFE 1770416
Profª Adjunta de Prótese Dental
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Faculdade de Odontologia - UFRJ

Profa. Marcela Rodrigues Alves
Coordenadora do Banco de Odontológicos

Rua Professor Rodolpho Paulo Rocco, 325 / 2 andar
Ilha da Cidade Universitária
Rio de Janeiro - RJ – Brasil
CEP 21941-913

 3938-2041

 98339-0031



banco.instrumentais@odonto.ufrj.br



bio_foufrj



@querosercirurgiaodontista

ANEXO 3 – EDITAL 2020.1 BIO FO - UFRJ



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Ciências da Saúde
Faculdade de Odontologia
Banco de Instrumentais Odontológicos
Edital 2020.1 BIO FO-UFRJ



SE VOCÊ DESEJA PARTICIPAR PELA PRIMEIRA VEZ agende sua entrevista no Serviço Social da FO-UFRJ. Você pode ir pessoalmente ou marcar pelo telefone 3938-2019.

*No dia da entrevista, compareça com os seguintes documentos:

- Carteira de identidade / CPF
- Carteira de trabalho: página com foto e página de Admissão e Saída
- Comprovante de recebimento de Bolsa Família ou outro benefício
- Comprovante de renda de todos os trabalhadores da residência
- Comprovante de luz / telefone / água / condomínio / gás
- Comprovante de aluguel / financiamento de imóvel
- Estimativa de despesa com alimentação
- Certidão de nascimento dos filhos dependentes
- Despesa com atividade física (escola / natação / balé / judô / ginástica)
- Fatura de cartão de crédito caso tenha compra de alimentos ou despesas com remédios

Após essa etapa, você precisa agendar a separação dos seus instrumentais no BIO. Você pode agendar pessoalmente, pelo telefone 3938-2041 ou pelo e-mail banco.instrumentais@odonto.ufrj.br (colocar no assunto "PRIMEIRA VEZ BIO" e no corpo do e-mail seu nome completo, DRE, telefone, período e quais são os melhores dias e horários para marcação). Na data marcada, você deverá comparecer ao BIO, com a(s) lista(s) para as quais deseja solicitar material. Não esqueça de riscar o(s) instrumental(is) que você já possui!

SE VOCÊ JÁ PARTICIPA você precisa comparecer ao BIO para devolver o(s) instrumental(is) que não irá precisar neste semestre, renovar os que já estão em sua posse e/ou solicitar novo empréstimo. Para sua comodidade, agende um horário! Você pode agendar pessoalmente, pelo telefone 3938-2041 ou pelo e-mail banco.instrumentais@odonto.ufrj.br (colocar no assunto "RENOVAÇÃO" OU "DEVOLUÇÃO" e no corpo do e-mail seu nome completo, DRE, telefone, período e quais são os melhores dias e horários para marcação). Caso você precise retirar novos itens, na data marcada leve sua(s) lista(s) para as quais deseja solicitar material. Não esqueça de riscar o(s) instrumental(is) que você já possui! Leve as cópias dos certificados de atividades acadêmicas desenvolvidas em 2019.2 (trabalhos apresentados, monitorias, participação em eventos odontológicos, declaração de participação em iniciação científica).

O PRAZO DE PRIORIDADE PARA SOLICITAÇÕES DE ALUNOS COM VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA É ATÉ O DIA (20/03/20). APÓS ESSA DATA, TODOS OS ALUNOS DA FO-UFRJ PODEM SOLICITAR EMPRÉSTIMO: Enviar e-mail para banco.instrumentais@odonto.ufrj.br, colocando no assunto "EMPRÉSTIMO" e no corpo do e-mail seu nome completo, DRE, telefone, período e quais são os melhores dias e horários para marcação). Na data marcada, você deverá comparecer ao BIO, com sua(s) lista(s) para as quais deseja solicitar material. Não esqueça de riscar o(s) instrumental(is) que você já possui!

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

- * Não possuímos todos os instrumentais e possuímos pouco material de consumo.
- * Na retirada, o aluno deverá preencher um cadastro e o Termo de Responsabilidade.
- * No ato da devolução, para que novo empréstimo seja feito, é necessário que o aluno apresente declarações de atividades extracurriculares desenvolvidas no período do empréstimo (monitoria, IC, apresentação de trabalhos e/ou participação em eventos)
- * **O material deverá ser devolvido limpo e esterilizado.**

BIO FO-UFRJ: 3938-2041 / 98339-0031 Email: banco.instrumentais@odonto.ufrj.br

@querosercirurgiaodentista

bio_foufrj

ANEXO 3 – DECLARAÇÃO DA COORDENAÇÃO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
FACULDADE DE ODONTOLOGIA
COORDENAÇÃO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

DECLARAÇÃO

Declaramos, a pedido de Selma Ribeiro de Farias, que o Curso de Odontologia da UFRJ possui 366 alunos regularmente matriculados. Acrescentamos que, deste total, 169 são cotistas, na presente data.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2020.


Cristina Helena M. Pereira
Substituta Eventual do Chefe de Secretaria
Acadêmica de Graduação
Recepcionista
SIAPE 0366585
Fac. Odontologia/UFRJ

Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco 325 – 2º andar
Ilha da Cidade Universitária, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21.941-913
Telefones: (21) 3938-2007 e 3938-2103
E-mail: ensino@odonto.ufrj.br

ANEXO 4 – DECLARAÇÃO DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA




UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Ciências da Saúde
Faculdade de Odontologia
Banco de Instrumentais Odontológicos



Declaro com a finalidade de comprovação de informações para a dissertação de mestrado de SELMA RIBEIRO DE FARIAS, intitulada “As Ações Afirmativas destinadas aos Alunos Cotistas da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro -UFRJ”, que o Banco de Instrumentais Odontológicos da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro atende hoje 24 alunos do curso de graduação com empréstimo de instrumentais odontológicos, sendo dentre estes, 14 alunos cotistas.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 2020.


Profa. Marcela Rodrigues Alves
Inscrição SIAFE 1770616
Prof. Adjunta de Prótese Dental
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Faculdade de Odontologia - UFRJ

Profa. Dra. Marcela Rodrigues Alves
Coordenadora do Banco de Instrumentais Odontológicos FO-UFRJ

Coordenação: Marcela Rodrigues Alves
Assistentes Sociais: Márcia Carvalho e Denise Góes
Odontólogas: Maria Moreira e Isabel Barros

Contatos:



3938-2041



98339-0031



banco.instrumentais@odonto.ufrj.br

SESO FO-UFRJ: ssocial@odonto.ufrj.br ou (21) 3938-2019

Redes Sociais:



@queroscirurgiaodontista



bio_foufrj